

MULHERIO

ANO VII Nº 33 — OUT. 1987 — SÃO PAULO BRASIL CZ\$ 40,00

EXCLUSIVO

ADÉLIA PRADO

*analisa, revela e
desvela sua poesia*

pgs. 12 e 13

CONSTITUINTE:

**O que mudou
para as mulheres?**

pgs. 10 e 11

**Estupro leva à fama.
Pelo menos, no Brasil**

pgs. 3 e 4

**Encontro Nacional
discute o
“Novo Feminismo”**

pgs. 8 e 9



PONTOS DE VENDA

DISTRITO FEDERAL
Deizeni Ribeiro: SDS Edifício Miguel Barde, sala 402, fone (061) 226-0482, Brasília.

MINAS GERAIS
Espaço Cultural Livros e Artes: Rua São João, 357, fone (032) 211-2029, Juiz de Fora.
MATO GROSSO DO SUL
Regina Arikaki: Rua Rui Barbosa, 2.324, fone (067) 382-0642, Campo Grande.

PARÁ
Jane Beltrão: (091) 229-6336, Belém.

PARANÁ
Distribuidor: J. Ghignone Cia. Ltda. Av. Nova Iguaçu, 624, fone (041) 23-3362, Curitiba.

PERNAMBUCO
Wilma Lessa: fone (081) 24-0665.

RIO DE JANEIRO
Dazibao Livraria: Rua Visconde de Pirajá, 571-B, Travessa do Onivdor, 11 - Rio de Janeiro.

RIO GRANDE DO SUL
Distribuidor: Marco Amaral, Pça. Rui Barbosa, 38, sala 6, fone (0512) 26-9747, Porto Alegre.

RIO DE JANEIRO
Bênica Vera Cruz: Praça da Alfândega.

LIVRARIAS
Graphis, Livraria Café: Rua Tomás Flores, 340.
Livraria CAEE/ufrag: Av. Paulo Gama, s/n°.

Livraria Autores Nossos: Av. Erico Verissimo, Centro Municipal de Cultura.
Livraria Adeli Sell: Rua Gal. Vitorino, 140, sala 27.

Livraria Arcano 17: Av. Protázio Alves, 1.138.
Livraria Mercado Aberto: Rua Riachuelo, 1.291.

Livraria Mercado Aberto: Rua da Conceição, 206.
Livraria Palmarina: Rua Gal. Vitorino, 140, 1° andar.

Livraria Prosa e Verso: Rua Mostardeiro, 120, loja 4.
Livraria Terceiro Mundo: Rua Gal. Vitorino, 129, sala 21.

SANTA CATARINA
Ana Lúcia Gomes Medeiros: Cidade Universitária, caixa postal 5060, Florianópolis.

SÃO PAULO
Trans-entrega Maciel: R. Frei Santana Galvão, 26, Ponte Pequena.

Carla Berro (assinatura): R. Martins Fontes, 268 apto 302, BANCAS

Na capital Mulherio é encontrado em todas as bancas onde se vende Jornal do Brasil.

LIVRARIAS
Belas Artes: Al. Lorena, 1.326, São Paulo.

Belas Artes: Av. Paulista, 2.448, São Paulo.
Brasiliense: Rua Oscar Freire, 561, São Paulo.

Livraria Brasiliense: Rua Augusta, 2.345, São Paulo.
Canto da Prosa: Rua Simão Alves, 45, São Paulo.

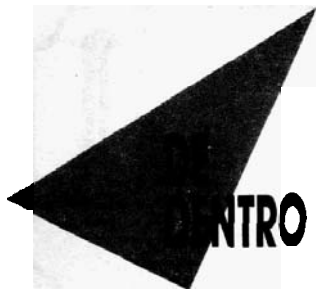
Capitu: Rua Pinheiros, 339, São Paulo.
Da Vila: Rua Fradique Coutinho, 1.140, São Paulo.

Livraria Favale: Av. Santo Amaro, 184, São Paulo.
Litteris: Rua Ignácio Pereira da Rocha, 264, São Paulo.

Litteris: Bar Avenida, Av. Pedreira de Moraes, 1.033, São Paulo.

CAMPINAS
Maria Alice Poes: fone: (0192) 43-3267

TAUBATÉ
Aparecida Fátima da Silva Ferreira: R. Antero Ferreira da Silva, 28 - Vila São Geraldo.



Tortura de Agricultores

Na área de Bela Vista, Conceição do Araguaia, vivem e trabalham aproximadamente quatrocentas famílias de lavradores, há mais de sete anos. No dia 28 de abril de 1987 morreu um pistoleiro que dizia publicamente que estava contratado pela Bela Vista para matar oito posseiros e que contaria com o reforço de mais vinte pistoleiros para expulsar os lavradores da terra.

A partir deste momento, mais de quarenta PMs permaneceram na área, a pedido do fazendeiro Jurandir Gonçalves Siqueira e depois por ordem do Secretário de Segurança Pública, coronel Antônio Carlos da Silva. Toda a operação está sendo comandada pelo Major Gibson e executada pelo tenente Jânio Luiz Ferreira Viana, ambos de Conceição do Araguaia. Os lavradores vêm sendo aterrizados pela polícia, pelo fazendeiro Jurandir e pelo gerente Bulhões.

A polícia vem tocando os posseiros nos caminhos das roças e no porto à beira do rio Araguaia. Assim foram presos e torturados na sede da fazenda Bela Vista os lavradores: Antônio Evangelista de Almeida, Francisco Aquino, um menino de 15 anos (ferido na cabeça com um golpe de revólver, pelo gerente da fazenda), Lu-

gúerio (quando ia atravessar o rio juntamente com sua esposa para visitar os filhos. Foi barbaramente espancado na presença da esposa), Alberto (23 anos, filho do posseiro Jovico Rodrigues da Luz), Oity Faria Leite e Antônio José Sabino. Depois de presos e espancados na sede da fazenda, foram trazidos para a cadeia pública de Conceição do Araguaia, onde foram novamente torturados. Os dois ficaram tão feridos que tiveram que ser hospitalizados.

Os posseiros, diante das prisões e das torturas, não estão podendo andar livremente pelas posses. Somente em casos graves, arriscam-se dirigir ao povoado mais próximo (Vila Pau D'Arco). No dia 29 de abril, a lavradora Joana Josué Soares, já sentindo as dores do parto, tentou atravessar o rio e foi impedida pela polícia. Teve a criança na beira do

Araguaia. Maria Gorete de Souza de 4 anos, filha de Maria Cordeiro de Souza, com um corte no pé, foi impedida pelos policiais de chegar à Vila Pau D'Arco para buscar tratamento e faleceu com tétano na noite de 9 de maio deste ano. No dia da Campanha Nacional de Vacinação contra a Paralisia Infantil, 23 de maio, todas as crianças desta região não puderam atravessar o rio e ficaram sem ser vacinadas. No dia 28 deste mês foram queimadas as casas dos posseiros Alfredo e Gregório, com todos os seus parentes.

Mesmo a prisão dos lavradores sendo ilegal, o juiz de Conceição do Araguaia, Eronides de Souza Primo, não atendeu o pedido para que fossem soltos e pudessem ser medicados em liberdade. Diante destes fatos, reivindicamos a retirada imediata da PM da área, apuração da responsabilidade penal de todas as autoridades envolvidas nas prisões e coações dos lavradores, imediata exoneração do coronel Antônio Carlos da Silva do cargo de Secretário do Estado de Segurança Pública do Pará.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, PA



Imigrantes na Áustria

Nossa organização existe há três anos e tem como objetivo o trabalho de organização e promoção das mulheres latino-americanas que, por problemas políticos, emigram de seus países para a Áustria, onde vivem há vários anos. Normalmente, as mulheres exiladas em países industrializados aumentam seu nível de marginalidade por problemas

culturais, idiomáticos etc. Do mesmo modo, o tipo de experiências traumáticas vividas as afastam de sua realidade circundante e aumentam seu isolamento. Nossa organização tem interesse em manter contato com grupos feministas e receber informações, revistas, publicações etc.

Maria Cristina Boidi
Exilierte Frauen / 1120
Wien, Längenfeldgasse
Wien, Postfach 132

Um Recado

Gosto muito do nosso Mulherio. É bom termos um jornal específico para nós mulheres. Fica um abraço a todas vocês e até uma outra oportunidade.

Mara Rúbia
Strandspazierg,
Alemanha

Recado da Leila

Recebi Mulherio n° 32 e estou divulgando-o no nosso Mil Notícias deste mês, aliás, como é de praxe. Em novembro, além da minha mini-série na Manchete Rainha da Vida, estrelada pela Florinda Bolkan, quero ver se lanço em SP meus três mais recentes livros: **Catálogo da Imprensa Alternativa**, publicado pela RioArte (do qual consta, obviamente, a publicação de vocês), **Do Poder ao poder - alternativas na poesia e no jornalismo a partir de 1960** (ed. Tchê, do Rio Grande do Sul, pesquisa literária) e meu livro de Poemas **Em perfeito mau estado**. Avisarei com antecedência do lançamento para ver se encontro alguma de vocês nesta oportunidade.

Leila Miccolis
Rio de Janeiro, RJ



Pesquisa publicada

Foi uma surpresa muito agradável abriremos o jornal Mulherio n° 32 e verificarmos nossa pesquisa publicada. Agradecemos a atenção que dispensaram ao nosso trabalho, assim como o apoio e incentivo que demonstraram publicando-o neste jornal tão bem conceituado. Aproveitamos a oportunidade para parabenizar a equipe pelos conteúdos que têm apresentado nas matérias, prestando valiosa contribuição às questões da mulher.

Miriam Fuckner
Paranaguá, SC



Troca de Garupa

Como não tenho o fôlego das baleias, posso agora contar com um antídoto contra o cansaço que a defesa dos bichos causa, inevitavelmente. Esta carinhosa matéria publicada no Mulherio n° 31 me servi-

rá sempre como recurso renovável. Apenas um registro na troca de garupas no extenso desfile da bicharada: é o tamanduá-bandeira e não a anta que carrega o filhote no lombo, como atesta a gravura.

Ângela Leite
São Paulo, SP



Conselho Editorial: Albertina de Oliveira Costa (Fundação Carlos Chagas, SP); Bela Feldman Bianco (Unicamp, SP/Southeastern Massachusetts University, USA); Emir Sader (USP); Fátima Jordão (pesquisadora, SP); Fúvia Rosenberg (Fundação Carlos Chagas, SP); Heloisa Buarque de Holanda (UFRRJ/Stanford University, USA); Lúcia Castello Branco (ensaísta, MG); Maria Lúcia de Barros Mott (historiadora, SP); Mariaugusta Rosa Rocha (Conselho Municipal da Mulher de Salvador, BA); Marlyse Meyer (Unicamp, SP); Mouzar Benedicto (jornalista, SP)
Editora-responsável: Inês Castilho (MTB 17.504). **Editora:** Santemaria Silveira (MTB 13.517). **Repórteres/Redatoras:** Laurimar Coelho e Paula Mageste; **Secretária de Redação:** Tania Cristina Vieira de Paulo.

Arte: Eliana Kestenbaum, Marco Iraci; **Projeto Gráfico:** Jaime Prado; **Administração e Finanças:** Mônica Boudavé. **Assistente:** Maria Tereza de Lima. **Distribuição e Divulgação:** Susana Beatriz Meza Henke; **Assinaturas e Expedição:** Heleny Maria Moreira.

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal. Reprodução total ou parcial de matérias, desde que citada a fonte.

Mulherio é publicado pelo Núcleo de Comunicações Mulherio, associação civil sem fins lucrativos, com apoio da Fundação Ford do Brasil, RJ. Redação e administração à Rua Cunha Gago, 704, Pinheiros 05421, São Paulo, SP, Brasil fone (011) 212-9052.

Composição, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Jorúes, Rua Arthur Azevedo, 1977, telefone 815-4999.

Tiragem desta edição: 12 mil exemplares.

Os estupradores que viraram heróis

Henrique, Fernando, Eduardo e Alexi, quatro jogadores do Grêmio acusados do estupro de uma menina de 13 anos na Suíça, foram transformados pela imprensa gaúcha em "heróis", graças a uma série de deturpações dos fatos e do culto ao machismo.

MIRIAN GROSSI E CARMEM RIAL

Uma pequena multidão de quinientos torcedores, repórteres e fotógrafos tomava o saguão do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, às 18h do dia 29 de agosto, quando taxiava na pista o avião da Varig que trazia de Zurique os quatro jogadores gremistas presos na Suíça, acusados do estupro de uma menina de 13 anos. As bandeiras e camisetas do Grêmio e do Internacional curiosamente unidas e as crianças erguidas nos ombros de seus pais davam um clima de festa ao desembarque dos quatro jogadores: Henrique Etges, Fernando Castoldi, Eduardo Hamester e Alexi Stival, o Cuca. Atônitos e surpresos pela recepção, eles desculpavam-se e se diziam arrependidos pelo que tinham feito, visivelmente demonstrando não estarem compreendendo o que se passava. Só depois é que se deram conta que os gritos de "puta, puta" eram dirigidos à menina Sandra Pfäffli

e que a opinião pública gaúcha não estava ali para condená-los ou esperando desculpas: eles eram os heróis, tinham conseguido, imagine, provar à Suíça e ao Mundo que ainda existem machos, pelo menos no Rio Grande do Sul.

O tom nas entrevistas foi mudando, as perguntas habilmente dirigidas pelos repórteres ofereciam espaço para declarações sobre a solidão, as dificuldades de comunhão com o carcereiro e os outros detentos e contra a terrível comida servida nas prisões de Berna — onde faltava a totemica carne dos gaúchos. Enfim, pequenos detalhes que ajudavam a confirmar para o público o que os comentaristas esportivos já vinham dizendo há quase um mês. Do estupro, nenhuma palavra. Como heróis, os quatro firmaram um pacto de silêncio para evitar prejudicar um ou outro dos companheiros.

Alguns dias antes, tinham desembarcado neste mesmo aeroporto Valdo e Tatarrel, os dois jogadores gaúchos titulares da seleção brasileira campeã nos jogos Pan-Americanos. Nenhum

torcedor os esperava. As medalhas de ouro que traziam nas mãos não comoveram, pois eram simplesmente uma vitória no campo esportivo, já a dos quatro acusados de estupro sim, tinha valor: era uma vitória da honra gaúcha, da hombridade e, é claro, também da crônica esportiva que conseguiu em um mês transformar os quatro acusados de crime em vítimas de um "juiz nazista" e o estupro de uma menina de 13 anos por três dos jogadores em uma "travessura" incosequente.

Estupro, o souvenir

A "aventura" de Fernando, Henrique, Cuca e Eduardo começou às 15h do dia 30 de julho, quando a menina Sandra, acompanhada de seu namorado e de um amigo, bateu no quarto 204 do Hotel Metropole, em Berna, — onde se hospedava a delegação gremista — em busca de um souvenir do clube. O que aconteceu no quarto a própria Sandra contou logo depois à polícia suíça e ao Jornal Blick de Zurique: "... primeiro os quatro jogadores brasileiros expulsaram do apartamento os dois amigos que me acompanhavam e então os quatro avançaram sobre mim. Três me seguraram, enquanto o outro me violentava. Então veio um segundo brasileiro e me violentou também. Eu tenho medo de ficar grávida, eu não



Vibração da torcida no desembarque dos "heróis"

Pérolas da imprensa (machista) do RS

"Os jogadores do Grêmio não assimilaram a mudança do fuso horário. Levaram um choque de costumes... Agora é só torcer — no que acredito — que a Justiça suíça faça justiça. Isto é, que ela encare o fato como realmente foi: uma travessura irresponsável e de total imprevidência dos seus autores quanto à sua ilicitude e conseqüências".

Paulo Santana, Zero Hora, 8/8/87.

Não faltou sequer um teste de escolha múltipla: "Pense e responda: a) uma garota que está sendo estuprada não grita? b) se grita, ninguém ouve, mesmo estando num hotel? c) havendo violência, a vítima não reage a ponto de ferir-se?"

Wianey Carlet, Correio do Povo, 8/87.

E o que dizer quando o estupro passa a ser um "deslize sexual" menos grave que o justo? "Alguns pecaram mais que outros, se é que houve pecado... O fato ocorrido no hotel de Berna é normal em quase todas as excursões, fora ou dentro do país... Se os jogadores tivessem furtado, praticado desordem séria ou outra atitude demasiadamente desabonatória, eu aconselharia sua eliminação do clube. Mas um deslize de ordem sexual em que, visivelmente, colaborou para sua consumação uma conduta, no mínimo, quase conivente da chamada vítima, não deve servir de amparo a uma decisão drástica."

Paulo Santana, Zero Hora, 29/9/87.

Violência? Claro que não. "Ficou mais do que claro, pelo menos para mim, que não houve violência no ap. 204 do Hotel Metropole. Pode-se questionar, isto sim, o bom gosto do envolvidos... Mas cores e sabores não se discute, resta dar as boas-vindas aos nossos doces devassos".

Wianey Carlet, Correio do Povo, 29/8/87.

Segundo a lógica machista, culpados são os que não estupram mulheres, as "bichas": "Na semana que vem chega o Internacional. Parece que estou vendo a cena no Aeroporto Salgado Filho: Terezinha Morango (torcedora-símbolo) e a torcida Fico em cora para os jogadores colorados: "bicha" "bicha", "bicha".

Paulo Santana, ZH, 20/8/87.



Na chegada, os jogadores admitiram a culpa

VIOLÊNCIA

torio anticoncepcionais".

Tão logo a queixa foi registrada na delegacia de policia de Berna, os policiais foram até o Hotel e prenderam Henrique e Eduardo e mais tarde Cuca e Fernando, os outros dois jogadores. Todos foram mantidos em celas individuais e em presídios diferentes à partir deste momento.

Os dirigentes do Clube tentaram abafar o que, à primeira vista, parecia um fato altamente negativo. Só dois dias depois, quando o Grêmio teve de disputar uma partida sem contar com os quatro reservas, é que a notícia chegou ao Brasil. A excursão prosseguiu até o final e, na volta, a delegação teve uma recepção de rotina com apenas três torcedores saudando os jogadores titulares. E, como a situação dos presos não melhorava, o Grêmio enviou ao Cantão de Berna um advogado do clube, Luis Carlos Silveira Martins, que se juntou aos dois advogados suícos que tratavam do caso.

A esta altura, o escândalo já ganhava espaço na imprensa. Sem nenhum jornalista gaúcho no local até o dia 15, a solução dos jornais, rádios e TVs para manter o intenso debate em torno do caso foi a especulação, a imaginação e a mentira. Logo surgiram atenuantes. O namorado da garota seria um rapaz "ciumento" que a teria obrigado a prestar queixa na delegacia, de comum acordo com o pai de Sandra, que por estar se separando da mulher, teria interesse em provar que a educação da menina estava sendo negligenciada. Falava-se ainda em "um complô internacional para prejudicar a imagem do clube gaúcho no Exterior".

Depois se especulou que só dois jogadores teriam violentado a menina, enquanto os outros dois davam cobertura no corredor. E também que Sandra, "menina de vida tão liberal", já teria transado com jogadores do Grêmio na excursão do ano passado, em Berna. No entanto, a versão do próprio advogado do Grêmio não abre espaço para qualquer atenuante: "... um dos jogadores manteve relação sexual completa, outro apenas sexo oral, enquanto um terceiro fez carícias e o quarto foi um 'voyeur' conivente: apenas olhou", declarou Silveira Martins no Zero Hora do dia 31 de agosto.

"Nossos Doces Devassos"

Se o *Jornal Nacional* da Rede Globo tratava do fato com alguma objetividade, a imprensa do Rio Grande do Sul,

liderada pelo cronista/torcedor Paulo Santana, começava a sua campanha em favor dos acusados, numa total distorção dos fatos. Primeiro tratou-se de alterar a idade de Sandra: com 13 anos soa muito violento, ela passou a ter "14 incompletos" e depois "14 anos". Como ainda assim teria sido difícil de se aceitar um estupro de uma menina por quatro jogadores, os cronistas trataram de ir esclarecendo aos leitores de *Zero Hora* e *Correio do Povo*, telespectadores e ouvintes da Rádio e TV Gaúcha que "meninas de 14 na Suíça já transam com os namorados e tomam pilulas" e "são verdadeiras mulheres capazes de seduzirem qualquer um".

Lauro Quadros, outro cronista de *Zero Hora*, principal jornal do Estado, dava explicações pedagógicas no *Jornal do Almoço* da RBS: "Eu sou pai, você que é mãe ou pai vai me entender não é a mesma coisa um filho ou uma filha. Todo pai quer que o seu filho fature todas as meninas do bairro, quer que ele seja o garanhão da turma. Já com a filha é diferente. Não se deve culpar os rapazes do Grêmio por terem feito o que todo o pai gostaria de ver o seu filho fazer". De esturpadores, os jogadores foram se transformando em "homens normais" que reagiram como qualquer um teria reagido diante de um "mulherão, uma mocetona". "É um rosto de menina num corpo de mulher", explica outro cronista para justificar o "espanto" dos jogadores ao descobrirem a idade da vítima, já na

prisão. "Meu filho não é um homossexual", argumentava a mãe de Eduardo, "ele não é culpado de nada, a garota é que foi lá tirar a roupa na frente deles, que não são homossexuais e agiram como homens". Declaração aproveitada pelos "formadores da opinião pública", que chegaram a gozar os jogadores do time adversário dizendo que, de agora em diante, seriam chamados de "bichas".

Uma vez transformada em "ato de homem" a violência dos quatro sobre a menina, tratava-se agora de transformar os "travessos" rapazes em vítimas das leis suícas. E aí a crônica mostrou-se pródiga em asneiras. Chegaram ao ponto de comparar o processo de instrução suíco à Inquisição, de afirmar que o criminoso nazista Rudolf Hess recebia melhor tratamento em Spandau, e até que o líder comunista Luis Carlos Prestes teria tido prisão melhor durante os nove anos em que ficou incommunicável no Estado Novo. Enquanto isto o próprio advogado do Grêmio esbanjava elogios às prisões suícas, descrevia como "luto barquete" as refeições servidas a um dos detentos e o fotógrafo de *Zero Hora* enviava fotos dos pequenos e confortáveis castelos que servem de prisão na Suíça. Não obstante, Paulo Santana sugeria a seus leitores que lessem o "clássico" *Papillon* para compreenderem o que estava acontecendo com os quatro e citava artigos da "Carta dos Direitos do Homem" para provar que os suícos contradiziam o acordo internacional.

As fotos publicadas de Sandra foram mais um estímulo à imaginação: "... quem achar que a Sandrinha é bagulho, que atire a primeira pedra".

Lauro Quadros, *Zero Hora*, 18/8/87.

"... a moça Sandra, que seduziu ou foi seduzida pelos jogadores do Grêmio... E que moça bonita a Sandra. Uma mocetona. Nem parece que tem só 13 anos. Uma mulher com aquela beleza sempre causa complicação. Até mesmo para quem casa com ela."

Lauro Quadros, *Zero Hora*, 31/8/87.

"... uma foto vale mais do que mil palavras, basta comparar a que mostra a esfuziada Sandrinha, na festa dos Young Boys, com a que revela a cara abatida dos jogadores saindo da prisão, para confirmar que, lei à parte, sofrimento moral só os quatro brasileiros tiveram."

Paulo Santana, *ZH*, 18/8/87.



"Meu filho não é homossexual" diz a mãe de Henrique

Como se tornar Amélia ou as receitas dos cronistas gaúchos à mulher de Cuca: "Esta é a hora de Rejane. Se, consideradas as circunstâncias, ela revelar sensibilidade e compreensão, é porque se trata de uma grande mulher. Já imaginaram o Cuca conseguir o que conseguiu, telefonar, e levar outra paulada na cabeça? Não, isto não vai acontecer."

Lauro Quadros, *Zero Hora*, 28/8/87.

"O Juiz suíco é o mais cruel de todos que já vi. Equipara-se a um ditador sanguinário. Pois além de manter Cuca incommunicável, a única brecha que abre para o presidiário é justamente a da tortura de explicar para sua esposa o que houve naquele apartamento de hotel... teremos que mandar para lá o Jair Kriscke dos Direitos Humanos... O Cuca tinha uma única vantagem em estar incommunicável e atirado no catre da cela: não ter que explicar à mulher o que aconteceu com a garota".

Paulo Santana, *Zero Hora*, 23/8/87.

Miriam Grossi é antropóloga e doutoranda na Universidade de Paris, onde prepara a tese *Discursos e representações de violência contra a mulher a partir do estudo de caso do SOS-Mulher de Porto Alegre*. Carmen Rial é jornalista, antropóloga e professora na Universidade Federal de Santa Catarina, onde elabora a tese *Espaço Doméstico na Lagoa da Conceição*.



MACHOS E PRENDAS

Toda a campanha pró-jogadores culminou na chegada dos "doces devassos", na expressão de Wianey Carlet, cronista do tradicional *Correio do Povo*, quando foram recebidos com flores por suas noivas e o que é pior, com um carinho "compreensivo" de muitas mulheres torcedoras que se encontravam no aeroporto. "É óbvio que a menina foi lá se oferecer e depois se arrependeu. Na Europa é esta pouca vergonha, dizem até que é normal as meninas transarem com namorados na casa dos pais", comentava uma senhora com as amigas.

Os jogadores, visivelmente supreenvidos pela festa, ao invés da pena de vinte anos que poderiam pegar na Suíça, terão apenas que ressarcir o Grêmio dos 7 mil francos suícos (cerca de C\$ 300 mil) gastos com a viagem do advogado e suas fianças. Pois o clube, diante "da montanha de cartas e telegramas de todo Estado pedindo a não expulsão dos jogadores", acabou "perdoando" os quatro reservas. O caso terá prosseguimento na Justiça suíca mas, sabe-se, não haverá extradição mesmo que a culpa seja comprovada.

Uma semana depois da empolgante chegada, eles já estiveram em campo novamente, em Joinville (SC) — jogo que recebeu farta promoção pela presença dos quatro: promovidos de esturpadores a "meninos travessos", de "travessos" a "heróis", de "heróis" a atrações de marketing. O círculo se completa, reforçando um dos mais antigos estereótipos da "tradição gaúcha", na qual os homens são "machos" e as mulheres, se suas são "prendas", se de outros são "chinas".

BELLA ABZUG



Bella: "Mulheres e homens devem ser educados para votarem em candidatas"

Bella Abzug passou pelo Brasil despercebida para o grande público. Tanto quando esteve participando da I Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil contra a Discriminação à Mulher, como na minissérie da Rede Globo *Minhas Vidas*, exibida em setembro. Mas não deixou de ser festejada pelas pessoas que a reconhecem como um dos grandes nomes do Feminismo. Dona de um currículo extenso (consultora especial do governo Carter, secretária do Woman USA Fund, advogada, deputada, escritora e conferencista), Bella ainda hoje mantém a mesma mania por chapéus e o mesmo discurso vigoroso, progressista e bem humorado dos anos iniciais da militância feminista: "Antigamente as mulheres só tinham um dia (8 de março), depois nos deram um ano (1975) e, na seqüência, uma década inteira (75-85). Agora, quem sabe, nos dão o tempo todo para controlar nossas vidas e melhorar o mundo".

A Grande Arma das Mulheres

SANTAMARIA SILVEIRA

MULHERIO — É possível traçar um paralelo entre o Feminismo do Primeiro Mundo e do Terceiro?

BELLA — Nós temos problemas semelhantes. Muitas das dificuldades vivenciadas pelas mulheres rurais, negras e pobres dos Estados Unidos são as mesmas das brasileiras. Mas as mulheres se unem independente das diferenças sociais e políticas, como ficou comprovado em Nairóbi durante o Fórum da Década da Mulher. A discriminação nos aproxima. As diferenças ficam a nível de infra-estrutura. No Primeiro Mundo, por exemplo, não temos de nos preocupar com água potável como no Terceiro.

MULHERIO — Quais são as grandes reivindicações da mulher americana no momento?

BELLA — Conservar a lei do aborto como direito constitucional, pois alguns juizes da Suprema Corte têm questionado isto; acabar com a desigualdade salarial, já que uma americana ainda recebe 62 centavos para cada dólar de um trabalhador homem que executa o mesmo serviço; aumentar o número de creches; conseguir a licença-gestante; horário flexível de trabalho e diminuição da violência.

MULHERIO — Qual a importância do Feminismo para o mundo de hoje?

BELLA — Ainda é despertar a consciência para os direitos iguais. O Feminismo se estrutura na conquista social, ao levar as mulheres a descobrirem seus direitos à educação, saúde, abor-

to, trabalho e política. Em suma, a real igualdade com os homens.

MULHERIO — Como a luta feminista deve ser encaminhada hoje?

BELLA — As mulheres precisam ter força econômica e política. Isto é fundamental. Até hoje nós obtivemos conquistas sociais pequenas, como entrar em redutos masculinos, mas só. Para obter mais força, a mulher tem de aprender a fazer militância política.

MULHERIO — Como deputada por três mandatos, que tática sugere?

BELLA — A primeira coisa que as mulheres precisam fazer é brigar por legenda. Elas devem fazer pressão nos partidos para saírem candidatas e se recusarem a trabalhar se não tiverem candidatas mulheres na disputa eleitoral.

MULHERIO — E na hora da urna, o que fazer? Todo mundo sabe que mulher não vota em mulher.

BELLA — Por isso não adianta fazer política separada dos homens. É possível ter um programa comum, mas uma plataforma específica. Também é importante que a candidata participe de um processo educativo de suas eleitoras, falando muito das reivindicações feministas, para que as mulheres e os homens absorvam esse discurso. Afinal, os homens também precisam ser educados para votarem em candidatas.

MULHERIO — Você é favorável aos partidos só de mulheres?

BELLA — Bem mais tarde. No momento, a atuação tem de ser nos partidos já estruturados. Por outro lado, se

você é revolucionária, não precisa de um partido de mulheres para encaminhar sua luta. É o meu caso e de muitas outras mulheres filiadas ao Partido Democrata.

MULHERIO — Nos Estados Unidos, o Feminismo institucional tem o respaldo dos movimentos independentes?

BELLA — O modelo dos Estados Unidos é bem diferente do brasileiro. Lá não temos uma organização como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A nossa Comissão da Mulher não possui a mesma abrangência. No geral, a força do movimento está mesmo na militância independente.

MULHERIO — Como serão as próximas eleições nos Estados Unidos?

BELLA — A tendência é conservadora. Saiu um Reagan, vem outro. Mas quero acreditar que os americanos estão loucos para eleger uma presidenta. Talvez a deputada do Colorado, Patricia Schroeder, provável candidata do Partido Democrata. As mulheres, não só lá, como aqui, e em todo mundo, devem partir para uma ação mais agressiva. De nada adianta disputarmos a vice-presidência como fizemos tantas vezes, como fez Geraldine Ferraro na dobradinha com Mondale nas últimas eleições presidenciais americanas; nós temos de disputar a cabeça das chapas, na tentativa de conseguir um lugar na mesa de decisões.

MULHERIO — Os Movimentos Populares podem ser o grande aliado das mulheres?

BELLA — Sim, pois o Feminismo traz

uma visão nova para a política. Nós queremos manter o poder a todo custo, até acima dos interesses humanos. A nossa posição é muito confortável na medida em que não participamos do poder com os homens e podemos criticar tudo que está errado. Nós que temos gastar o dinheiro não com armamentos, mas para melhorar a condição de vida das pessoas, com mais creches, hospitais, comida etc.

MULHERIO — Qual o tipo de candidata ideal?

BELLA — Não adianta apoiar uma candidata só porque é mulher. Deve nos apoiar as mulheres que desejam mudar o mundo, mesmo que tenham prioridades diferentes, seja aborto, educação ou combate à violência. Na verdade, não somos melhores que os homens, porém, tivemos menos chances de errar que eles e nosso discurso tem eco junto aos menos favorecidos. Este é o momento de mudar os valores, não só para as mulheres, mas para toda sociedade.

MULHERIO — Que balanço você faria do Feminismo?

BELLA — Conquistamos poucas coisas. O número de mulheres no Legislativo e Executivo em todos os países ainda é pequeno, sendo que a **Convenção contra a Discriminação à Mulher** reúne o máximo de reivindicações que conseguimos transformar em lei e refilete o poder que temos. Mas mesmo ela não tem sanções contra as nações que a ratificaram, mas não cumprem. Por isso enfatizo que a conquista política e econômica é fundamental.



Encontro Internacional contra a Discriminação

Na luta contra o descaso das autoridades frente à discriminação das mulheres, feministas nacionais e estrangeiras reuniram-se em São Paulo e Brasília para reivindicar o cumprimento da Proclamação Universal dos Direitos da Mulher, Instituída pela ONU e ratificada pelo Brasil.

A mesa sobre trabalho discutiu as limitações da dupla jornada

Laurimar Coelho

A mulher brasileira tem uma série de características, bem diferentes do "bonita e gostosa" tão decantado. Além de cumprir dupla jornada de trabalho, tem salário inferior ao do homem e, na maioria das vezes, não possui nem mesmo carteira profissional assinada, sem falar da falta de creches. Ela também não conhece o uso de contraceptivos, apanha do companheiro, morre de câncer no colo uterino, não tem direito ao aborto e sua participação política é mínima.

Obviamente, esse quadro de características não é exclusivo da mulher brasileira. E para provar seu caráter mundial e a necessidade de mudar estes mecanismos de discriminação, aconteceu em São Paulo e Brasília, de 30 de agosto a 3 de setembro, a 1ª Jornada do Comitê das Nações Unidas Contra a Discriminação à Mulher (Cedaw), que contou com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

TRABALHO: UM FARDÃO

A dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres suscitou a discussão de outro tópico relacionado: as creches. No entanto, atrás da excessiva jornada de trabalho há fatores discriminatórios não diretamente relacionados, como apontou Ivanka Corti, representante italiana do Cedaw nesta Jornada. Ela responsabilizou a educa-

ção escolar como sendo a origem de todas as formas de discriminação contra a mulher: "As causas das diferenças no tratamento dado à mulher em relação ao homem no mercado de trabalho está na educação, que reforça a idéia da mulher frágil, incapaz e dependente".

Se analisarmos o fato de que a mão-de-obra feminina sai das escolas desvalorizada ou é desestimulada pelo conceito de que as tarefas domésticas são inerentes à mulher, teremos baixos salários e a indiferença frente à implantação de creches e à capacidade profissional feminina como reflexos previsíveis.

Na tentativa de aliviar as amarras que prendem a mulher ao ambiente doméstico, a socióloga e coordenadora da Comissão de Creche do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher CNDM, Ana Maria Wilhelm, elaborou um texto que foi apresentado na Jornada, onde ressalta a importância da creche "como elemento facilitador no combate à eliminação da discriminação contra a mulher, pois permite que esta participe ativamente e no mesmo plano de igualdade da vida social e produtiva do País".

Um exemplo gratificante de respeito à mulher no mercado de trabalho foi apontado pela representante sueca da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Perret-Nguyen, quando falou que não apenas em seu país, mas em outros da Europa, os governos cobram taxas anuais de todos os seus empre-



Na abertura, uma homenagem à primeira agricultora a receber um título de terra em seu nome

gadores para aplicá-las em criação e manutenção de creches. "Isto elimina a responsabilidade das empresas sobre este serviço, evitando, assim, possibilidades da mulher trabalhadora que tem filho ser discriminada ou afastada do emprego", explicou.

PODER POLÍTICO

Segundo a representante do Cedaw em Barbados, Norma Forde, "não há uma legislação que possa garantir a participação da mulher na política. Para conquistar cargos no Governo, a mulher precisa lutar muito e, quando consegue uma colocação, precisa lutar ainda mais para obter apoio do restante dos políticos".

No Brasil, a situação das mulheres na política também não é confortável. Raquel Capiberibe (PMDB-AP) lembrou, por exemplo, que na Constituinte as deputadas foram empurradas para a Comissão de Ordem Social e aliadas de outras, como a de Ordem Econômica, por não ser um assunto "feminino". Bete Azize (PSB-AM), por seu lado, lembrou a série de discriminações que sofreu na vida pública, prometendo uma reação das mulheres para a próxima eleição: "As mulheres sempre são convidadas para vice. Vamos virar a mesa, lançando uma candidata à presidência e parando para negociar apenas no segundo turno das eleições".

Apesar de ser importante que a mu-

lher ocupe mais espaço político como processo de eliminação das formas de discriminação, há ainda o aspecto da legislação a ser analisado. No caso do Brasil, de acordo com a jurista Florisa Verucci, "a mulher está vinculada à situação de dependência perante às leis". É no plano das leis que se concentra a preocupação do Movimento Feminista. A Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher foi aprovada pela ONU em 1978, mas só foi ratificada pelo nosso Congresso Nacional há quatro anos. Isto significa que uma vez aprovado pelo Brasil, o texto da convenção passa a ser parte da nossa legislação.

"Com a elaboração de uma nova Constituição", diz a deputada Ruth Escobar, representante do Cedaw no Brasil, "o Brasil se tornou o palco ideal para discutir novas estratégias para tornar vigentes todos os dispositivos da Convenção contra a Discriminação da Mulher. Mas o Brasil assinou a Convenção com ressalvas, como a do domicílio do casal, definido pelo homem".

Para Jacqueline Pitanguy, presidente do Conselho Nacional, a Jornada é importante porque reforça as instituições e a luta contra a discriminação da mulher: "O Conselho, que desenvolve um trabalho com a sociedade civil e enquanto órgão político do governo, tem interesse e os meios para divulgar a Proclamação dos Direitos da Mulher".



No lugar dos deputados paulistas, feministas do mundo inteiro

RESULTADO IMEDIATO: um comitê de fiscalização

A precariedade do sistema público de saúde e os altos índices de violência praticados contra a mulher e discutidos na Jornada do Cedaw resultaram na criação de um Comitê Interno de Fiscalização para fazer valer as normas da Convenção.

"A legislação é absolutamente omisa em relação ao planejamento familiar e ao aborto", disse o secretário de Saúde de São Paulo, José Aristodemo Pinotti, abrindo sua participação na Jornada. Como o único representante masculino, o secretário fez um breve discurso sobre o alto índice de mortalidade feminina em decorrência do câncer do colo uterino. Na sua opinião, "o sistema de saúde não está à disposição da grande maioria das mulheres, uma vez que não lhes sobra tempo para ir ao médico. E quando chega a fazer uma consulta, não tem dinheiro para comprar os remédios".

As estatísticas no Brasil são assustadoras. Revelam que 70% das mulheres usam anticoncepcional e, em sua maioria, de maneira errada. Segundo o próprio secretário, "o uso incorreto do anticoncepcional deve-se a uma forte política de controle populacional em detrimento da saúde da população brasileira". Além disso, fez um comentário sobre a necessidade da participação dos grupos feministas no processo de orientação de saúde, que na sua opinião é fraco, e recebeu sua resposta, dada pela representante do SDS-Corpo de Pernambuco, Maria Elisabeth Ramos: "A quase totalidade do trabalho educativo no campo da saúde no Brasil é feito pelos grupos autônomos de mulheres e sequer é assumido pelo serviço público, que não é capaz

de atender as necessidades básicas da população".

Em meio às críticas e discussões sobre o papel do Estado na elaboração de uma política de apoio à saúde da mulher, a presidente da Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução Humana do Ministério da Saúde, Carmem Barroso, fez questão de salientar que "a criação da Comissão se deve à mobilização dos movimentos de mulheres", e apontou as principais preocupações do órgão como sendo a pesquisa em contracepção, a reavaliação da Lei do Aborto e a regulamentação da esterilização, ainda proibida em nosso País, mas realizada em condições de semiclandestinidadade.

SOLUÇÕES IMEDIATAS

Se por um lado a precariedade do sistema público de saúde no Brasil é grande, a violência contra a mulher não fica atrás. Só no Brasil existem dados que revelam que 80% dos casos registrados são de agressão física doméstica. Na visão de Maria Amélia Azevedo, do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CECF), "a violência contra a mulher é uma relação de forças entre o poder do homem e a objetualização da mulher, sendo reforçada

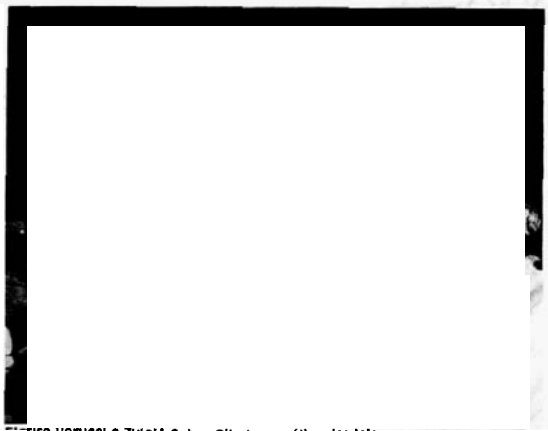
da pela educação diferenciada".

Apesar de seu sucesso, a Delegacia de Defesa da Mulher ainda luta para se manter. "A cúpula da polícia brasileira é constituída por homens. Existem pressões para que os casos de violência física praticados contra a mulher sejam encaminhados para as delegacias comuns", afirmou a delegada de São Paulo, Rosmary Correa. "Os delegados acreditam que não há a necessidade de delegacias especializadas. O que ocorre, no entanto, é que nas delegacias comuns sempre as mulheres são apontadas como vítimas espontâneas, ou seja, tão responsáveis pela violência quanto o agressor", explica.

Essa declaração confirma a análise da advogada Zulaiê Cobra Ribeiro de que "o único direito que a mulher brasileira tem é o de ser criminosa, pois os outros quase sempre lhe são negados". Wassyla Tamzali representante francesa da Unesco, colocou outra questão ligada à violência: a prostituição para ela é uma dolorosa forma de sexismo e uma violência contra a mulher, vista como coisa natural".

SOLUÇÕES A MÉDIO PRAZO

Numa reunião de avaliação realizada no final de setembro, Ruth Escoba como organizadora do evento, se d satisfeita com a repercussão obtida pela Jornada: "Hoje, são poucos os parlamentares que desconhecem a Convenção". O resultado importante conseguido nesta Jornada foi a criação de um Comitê Interno de Fiscalização e Divulgação da Convenção com o objetivo de fazer valer as normas contidas no texto aprovado pela ONU: "A partir de hoje, a preocupação principal com nossas feministas será a implantação desse comitê". Na opinião de Flori Verucci, a jornada funcionou como fator de pressão: "Agora o Brasil deve apresentar o seu relatório de prestação de contas à ONU no que se refere ao cumprimento das normas estipuladas pela Proclamação Universal dos Direitos da Mulher. E acredito que sentiremos os resultados favoráveis a médio prazo".



Flori Verucci e Zulaiê Cobra Ribeiro: análise das leis

Lídice da Mata (Pcdob-BA) e Benedita da Silva (PT-RJ): parte da bancada feminina



Cida Souza



Cida Souza

Ruth Escobar e Jacqueline Pitanguy: trabalho em conjunto



galeria
de arte e
molduras

Linha completa de molduras em madeira, laca, alumínio, ouro envelhecido, prata etc. Somos o maior acervo de gravuras de S. Paulo: Tozzi, Volpi, Tomie, Grassmann, Tarsila, Rugendas, Wesley Duke Lee, Antunes, Renina, Fayga, Mabe, Charoux, Burle Marx fazem parte da nossa coleção.
R. Artur de Azevedo, 2102 - Fone: 815.7786 - Pinheiros - S. Paulo

Teses	Convites	Releases
Catálogos	Bibliografias	Seminários
Folhetos	Agendas	House Organs
Roteiros	Conferências	Projetos
Portfólios	Cartas de Amor	Mostras
Manuais	Arte-Final	Versões

Redação
Tradução
Revisão
Copidesque

pró-texto

Tel. 815-3645

Conselho X Movimento Autônomo

RACHEL MORENO

N o outro dia, abrindo a *Folha de S. Paulo*, vejo, após um longo período em que nada que as mulheres fizessem conseguia furar o cerco do silêncio da imprensa, uma página inteira sobre a 1ª *Jornada do Comitê das Nações Unidas no Brasil Contra a Discriminação à Mulher*, e como seria de se supor, reflexões sobre o atual nível de organização do movimento feminista — e de mulheres em geral. O espírito da matéria, para a minha surpresa endossado por compatriotas bastante conhecedoras do movimento, era o de que o movimento feminista, aquele que teria empolgado as mulheres no Brasil, desde as de origem mais humilde até as intelectuais, morreu. Teria sobrado apenas o feminismo "comportado", institucionalizado, dentro das Universidades, ou dentro dos Conselhos da Mulher.

De forma coerente com isto, assisto ao primeiro dia da *Jornada* e vejo na mesa, e sinto na platéia, que o espaço aberto e oficial do encontro retrata exatamente o mesmo quadro. Ninguém na mesa para falar da organização autônoma das mulheres — apenas pesquisadoras e mulheres ligadas às instituições (pelo menos no primeiro dia a que assisti). Depois fui a Garanhuns, onde cerca de oitocentas mulheres, representando uma amostra do que atualmente existe em termos de movimento organizado, participaram do 9º *Encontro Nacional Feminista*. Quase oitocentas mulheres se dizendo feministas, circulando por três dias com um crachá à mostra, onde se lia a distância justamente a palavra "feminista".

Em sua grande maioria, mulheres vindas de trabalho no campo, na fábrica, moradoras da periferia: mulheres de origem popular. Fico a pensar: o movimento feminista (seja lá o que isso for) não morreu. Na verdade, mudou de classe. Será por isto que todos se empenham em dizê-lo morto? Um dos conflitos que permeou Garanhuns, que certamente não nasceu lá, nem lá ficou esgotado, e se estabeleceu entre as diversas visões da relação possível entre os Conselhos e o movimento autônomo de mulheres, representa uma outra faceta da mesma questão.

O movimento feminista brasileiro está dividido em duas linhas reivindicatórias. De um lado, um grupo defende a institucionalização do movimento com a criação de novos Conselhos. De outro, existe a firme convicção da necessidade de ser mantida a autonomia do movimento para garantir o espaço de crítica ao Estado.

Ouvi no meu grupo de discussão, e soube que o mesmo se repetira em outros grupos, o confronto entre, por um lado, a defesa da autonomia do movimento e a necessidade de sua maior organização, contraposto à necessidade do movimento reivindicar a criação de Conselhos em todos os Estados, a tê-los como porta-voz, já que o movimento não teria voz, e a redundância de se pensar numa representação a nível nacional, pois esta já existia, e era o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). De novo, a reafirmação da parte institucionalizada do movimento, se colocando como necessidade, caminho e interlocutor social único. Diante disso, penso que justamente por ter mudado de classe e ter se popularizado, cabe-nos abrir todo o espaço possível em que o movimento autônomo de mulheres possa ser o seu próprio porta-voz, já que ele agora representa um número maior e mais variado de vozes, que nenhum canal institucio-

nal saberia representar

Este papel legitimaria a sua existência e o fortaleceria frente à sociedade e às mulheres. A forma pela qual os Conselhos têm por vezes exercido este papel recomenda a existência de uma voz alternativa, uma vez que eles enfatizam determinados aspectos da história e das reivindicações, em detrimento de outros, desautorizando-os, portanto. Exemplo dessa situação é a cobertura que a imprensa dá às reivindicações para a Constituinte oficializadas pelo CNDM, relegando ao silêncio (e portanto à não-existência) as emendas populares trabalhadas pelo movimento autônomo de mulheres — a emenda dos Direitos da Mulher, encabeçada pela Rede Mulher, e a emenda pela legalização do aborto, por exemplo.

Outra situação ilustrativa deste viés está nos Cadernos publicados pelo CNDM, onde se conta parte da história, que se transforma na história oficial, em que eventos e visões diferen-

tes não têm espaço. Vide, por exemplo, o caderno sobre a *Mulher Trabalhadora*, em que o *Encontro das Mulheres Metalúrgicas de São Bernardo do Campo*, os encontros dos grupos autônomos na discussão do trabalho noturno, os encontros do sindicato dos químicos, ou mesmo as discussões sobre trabalho nos Congressos de Mulheres em São Paulo não aparecem. Constam apenas da história oficial os encontros e eventos realizados pelos segmentos político-partidários que compõem os Conselhos.

O melhor jeito de dar existência formal a um movimento que já tem existência real é dar-lhe espaço e repercussão. Isto não quer dizer que não podemos, em nenhum momento, nos reduzir ou nos confundir com os Conselhos, que são órgãos do Estado com a limitação de sua origem e de sua composição político-partidária. E o movimento de mulheres tem de ser autônomo e suprapartidário, e não pode em nenhum momento entrar numa camisa-de-força que o limite em suas críticas ao Estado — seja qual for o partido no poder.

Rachel Moreno é pesquisadora de mercado e militante do Movimento Autônomo de Mulheres



Na plenária em Garanhuns, surgiu a proposta da criação de uma coordenação nacional para o movimento autônomo

8

Mulheres
Out./87

Porto da Barra

fone (071) 235-1499
Rua João Pondé, 43 - Loja Barra
SALVADOR - BA

VIAJE PARA CUBA COM QUEM CONHECE

A Porto da Barra leva você para qualquer um destes eventos por US\$ 790 (parte aérea)

Congresso Latino-Americano de Economistas
23 a 26 de novembro

Congresso Internacional de Angiologia
30 de novembro a 4 de dezembro

Festival do Novo Cinema Latino-Americano
3 a 17 de dezembro

Reveillon Havana/Santiago de Cuba
28 de dezembro a 3 de janeiro

Pacotes opcionais para o México, Colômbia, Panamá, Peru, Guatemala e Miami. E qualquer um deles com extensão à Nicarágua para uma programação sócio-política.

A Porto da Barra Turismo é representante da Cubatur e Palácio das Convenções de Cuba. Mantém convênio cultural com o Instituto Cubano de Amizade com os Povos e escritório de representação em Havana.

Encontro Feminista em busca da abertura



Em pequenos grupos, as mulheres discutiram o feminismo durante o primeiro dia.

Durante quatro dias, cerca de oitocentas mulheres estiveram reunidas no 9º Encontro Nacional Feminista, realizado em Garanhuns, Pernambuco, para discutir o feminismo que, ao contrário do que andam afirmando, está vivo e se popularizando.



A sede do SOS-Corpo do Recife foi o ponto de partida para Garanhuns



Nos grupos de interesse, muita descontração

SANTAMARIA SILVEIRA

Armadadas com entusiasmo, malas, discursos progressivos e até alguns filhos, quase oitocentas mulheres tomaram a cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco, para realizar, de 4 a 6 de setembro, o primeiro Encontro Nacional Feminista do Nordeste e o nono do Brasil. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), filha da terra, garantiu que o evento era um bom exemplo para a sociedade nordestina: "Ela não é só machista, mas atrasada em outros pontos que envolvem conquistas sociais".

Levando em consideração a relação distância/novidade, a comissão coordenadora do Encontro distribuiu o maior número de vagas para os Estados do Nordeste. "Procuramos manter o percentual de vagas estabelecidos no Encontro anterior, realizado no Rio de Janeiro", explica Dulcinéia Xavier (SOS-Corpo do Recife), "mas privilegiando os grupos nordestinos, que teriam condições de se deslocarem com mais facilidade até Garanhuns".

Mas o tom diferente deste Encontro não ficou só no sotaque. Teve outro: o Brasil está tentando redefinir seu feminismo. Deixou de ser branco, intelectualizado e de classe média alta? "Não podemos nos dar ao luxo de elitizar", diz Joaquina Conceição Costa, Jô (Rio de Janeiro), "temos de ter um feminismo do Terceiro Mundo". Segundo Jô, esse processo de massificação começou no ano passado, durante o 8º Encontro Nacional Feminista.

Popularizar o feminismo foi, sem dúvida, o que a comissão organizadora do 9º Encontro tentou fazer, convidando todos os segmentos do movimento de "mulheres para participarem". "A abertura chegou a suscitar protestos de feministas no ano passado", observa Jô, "que não concordavam com a nova tendência. Algumas chegaram a pensar na organização de um encontro paralelo, mas tudo ficou apenas na crítica. Aqui em Garanhuns, a resistência foi bem menor e isso pode ser medido pela participação das feministas nas oficinas (relato de experiências)".

Se o grupo coordenado pela pesquisadora Sônia Malheiros Miguel (Santa

Catarina) reflete o quadro geral dos outros 25 formados no Encontro, a relação das participantes com o feminismo é a seguinte: Trata-se de uma experiência nova para 80% delas, originárias, em sua maioria, dos movimentos populares. Muitas tinham uma idéia negativa do feminismo, visto como atividade de mulheres ricas e/ou "sapatonas". No encontro, esta visão mudou para algo muito importante, mas difícil de definir, pois tinham a princípio a expectativa de que era um método de luta pronto para ser usado.

Perguntas no Ar

O conflito da junção do movimento feminista com os movimentos populares ficou bem nítido no grupo de empregadas domésticas, que resolveu discutir num grupo de interesse (voltado para um tema específico) o que elas estavam fazendo num Encontro Feminista. Para Noêmia Martins (Associação dos Empregados Domésticos de Campina Grande), o feminismo é querer a igualdade. Já Nair Jane (presidente da Associação das Empregadas Domésticas do Rio), preferiu apontar algumas contradições: "Como eu posso aderir a algumas questões feministas, como o aborto, se passei a vida inteira lutando para dar melhores condições de vida ao favelado?"

Até Lenira Carvalho (Associação de Domésticas do Recife) e membro da Coordenação Nacional do Encontro, tinha suas dúvidas: "Eu não sei bem o que vim fazer aqui. Por ser Encontro e não Congresso, nem reivindicação será possível tirar para as trabalhadoras". Algumas mulheres, por outro lado, analisavam a questão de maneira simples e direta; como Rocilda de Oliveira (costureira de Fortaleza): "Muitas mulheres vêm ao Encontro para passear, outras para ficar um pouco longe de casa e outras para participarem e aprenderem. É o meu caso".

Todas essas dúvidas ficaram bem caracterizadas no documento divulgado na primeira plenária. Poético, aberto e sem conclusões. Definiu feminismo como "estado de ser, idéias em movimento, estar bem com a sexualidade, gostar de ser mulher, construção cotidiana, prática clandestina e transgressão para transformação". Isso reflete a posição da coordenação do Encontro que julgou impossível sintetizar os dezenove relatórios (onze escritos e três visuais) resultantes da discussão dos grupos, devido à heterogeneidade das participantes.

Pontos de conflito

"Com a abertura, muita gente ficou

receiosa de que o Encontro Feminista se tornasse um 'Encontro de Trabalhadoras', pondera Dulcinéia Xavier, "mas conseguimos segurar a discussão em torno do feminismo, tema debatido no primeiro dia. Depois, tornou-se feminista acontece um dia, porque não pode ser num encontro como este?". Uma tese simplista e sem consenso. Geuza Ferreira Selim, (São Paulo), por exemplo, questiona o trabalho de conscientização que perde a perspectiva feminista: "Isto acaba confundindo de novo a luta específica com a luta geral e trazendo à baila esta antiga discussão".

Porém, a aproximação do movimento popular com o feminismo foi visto com bons olhos por muitas participantes, famosas ou anônimas. Cristina Tavares alega que o primeiro avanço muito graças à descoberta da luta específica da mulher: "Por isso afirmo que encontros como este servem para fortalecer os movimentos populares". Sandra Bello (Rio de Janeiro) tem opinião semelhante. Acha fundamental socializar a vivência do feminismo para os outros movimentos. "Para as classes populares, no momento, o importante é sair do imobilismo, nem que isso signifique apenas fazer triô em conjunto para depois chegar às bandeiras feministas".

Maria Luiza Fontenelle, prefeita de Fortaleza, que também participou do 9º Encontro, entende que esse é o caminho: "É importante que o movimento feminista passe essa nova imagem, refletindo em conjunto com todas as mulheres suas experiências de luta e criando uma consciência coletiva". Essa massificação pode ser, segundo Fontenelle, o salto qualitativo do movimento de mulheres no Brasil.

Ao que tudo indica, a abertura ainda vive sua fase especulativa, pois do 8º Encontro para o 9º poucas repostas se firmaram. Constata-se apenas que a resistência à popularização diminuiu, mas não acabou, e ninguém se arrisca a fazer projeções para o futuro: "Tudo é expectativa", diz Jô, "agora é esperar para ver".



Fontenelle (à esquerda) participa de uma das oficinas

CONSTITUINTE :

Avanços e Recuos

O avanço obtido pelo Movimento de Mulheres no Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização, foi tão grande quanto o recuo ocorrido no Primeiro Substitutivo. A publicação do Segundo Substitutivo apresenta parcial recuperação.

SILVIA PIMENTEL

Antes da análise do conteúdo de alguns ganhos e perdas das mulheres na nova Constituição, vale refletir sobre o significado deste vai e vem. Apontaria duas direções. É evidente que os pontos mais importantes a serem definidos pela Constituinte não estão tendo o merecido destaque, pelo menos aqueles que dizem respeito à vida dos cidadãos brasileiros enquanto um todo. Como também é evidente o papel ideológico que determinadas ênfases adquiriram, desviando a atenção do fundamental para o secundário, tal como está acontecendo com a polêmica sobre a forma de governo e o tempo de duração do governo Sarney.

Enquanto se discute parlamentarismo e presidencialismo, buscando-se fórmulas mágicas que contemem a todos, enquanto se ensaiam combinações destes temas com a duração do mandato presidencial, a reforma agrária, a estabilidade dos trabalhadores e outras matérias estão sendo relegadas a segundo plano. A outra direção a apontar seria a pouca importância dada à problemática da mulher pelos constituintes. Muitos foram os temas que, em virtude da concentração nas questões precedentes, deixaram de receber a devida atenção. Mas só uma enorme desatenção explicaria o retrocesso ocorrido no Primeiro Substitutivo em relação ao Projeto da Comissão quanto aos direitos da mulher.

A nível institucional, deputadas comprometidas com a causa da mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher providenciaram resposta imediata, elaborando rol de emendas no sentido de recuperar os avanços perdidos. A nível do movimento autônomo, oitocentas mulheres, reunidas em Garanhuns, Pernambuco no 9º Encontro Nacional Feminista, manifestaram-se pelo repúdio a este novo tratamento e pelo encaminhamento de moção à Comissão de Sistematização, bem como telegramas a todos os constituintes, reafirmando sua existência enquanto cidadãs e o respeito que eles devem ter por suas reivindicações.

Foi quando ocorreu uma certa recu-

peração, passando este Segundo Substitutivo a novamente contemplar pontos relevantes. Mas esta recuperação foi apenas parcial. Cabe ainda lutar para que o terceiro e último Substitutivo, que está por vir e que será o projeto a ser apreciado, debatido e aprovado pela plenária Constituinte, venha a superar todas as perdas ocorridas neste processo de ir e vir.

As sete constituições brasileiras afirmaram o princípio da igualdade de todos perante a lei. As de 1934, 1967 e 1969 fixaram expressamente a não distinção por motivo de sexo. Entretanto, o preâmbulo das três versões até agora apresentadas, ao referir-se ao compromisso dos representantes do povo brasileiro com a construção de uma nação baseada na liberdade, na fraternidade e na igualdade, explicitou os critérios de raça, procedência, religião e deixou de lado o de gênero. A profunda discriminação sofrida pela mulher, metade da população brasilei-

ra, torna este lapso inexplicável e exige urgente modificação. É verdade que o Segundo Substitutivo, ao tratar dos princípios fundamentais, considera a promoção da superação do preconceito de sexo como um dos objetivos do Estado. De toda maneira o preâmbulo merece ser completado.

Já superada, porque felizmente não mais aparece no Segundo Substitutivo, mas muito grave, foi a "novidade" do início do capítulo dos direitos individuais, contida no Primeiro Substitutivo. Ao estabelecer o princípio de que todos são iguais perante a Constituição, a Lei e o Estado, admitiu-se que seriam consideradas as desigualdades biológicas, culturais e econômicas, para proteção do mais fraco. Mas quem seria o mais fraco? O negro, o índio, a mulher? Estaria implícita aí (ou será que explícita?) a pseudofraqueza da mulher? Seria que nossos constituintes pensam ainda que "Mulher — tem fraqueza de entendimento", como de-

clarou o brocardo 121 extraído da legislação brasileira de 1869 por Cândido Mendes de Almeida, Ordenações Philippinas? Ou como Clóvis Bevilacqua, em seu *Código Civil Comentado* de 1916: "Em tudo aquilo que exigir mais larga e mais intensa manifestação, de energia intelectual, moral e física, o homem será mais apto do que a mulher"? Ou *Quousque tandem...?*

É também inconcebível a retirada, nos dois substitutivos, de preceito sobre a igualdade de direitos entre o homem e a mulher, na família. A chefia masculina da sociedade conjugal e o pátrio poder do atual *Código Civil* são exemplos da má compreensão do princípio constitucional "Todos são iguais perante a lei...", por parte do próprio Poder Legislativo, ao elaborar suas leis ordinárias. Existem sentenças e julgados neste mesmo sentido, por parte do Poder Judiciário. Não serão estes fatos suficientes para demonstrar a necessidade de maior explicitação constitu-

10

Mulheres
Out. 78



No Encontro de Garanhuns, a proposta de inclusão da constituinte nos debates

Santamaria Siveria

il face às questões de gênero?

O mesmo questionamento deve ser feito sobre a supressão, também nos seus substitutivos, do direito/dever de salário igual para trabalho igual. As constituições brasileiras de 34, 46, 67 e 73 já assim estabeleceram. Se este problema fundamental não foi superado, por que não constar do novo texto constitucional? Garantir este princípio é uma luta difícil, universal, travada pelas mulheres mesmo nos países capitalistas desenvolvidos e mais aproximados da igualdade de direitos entre os sexos, como por exemplo a Suécia. Qual o sentido de se retirar preceito de tão fundo significado para a dignidade da mulher trabalhadora?

Em relação à reprodução humana também não foi feliz o Primeiro Substitutivo. Deslocou esta problemática do capítulo Da Saúde para o capítulo Da Família, Do Menor e Do Idoso, assim desrespeitando a reivindicação de milhares de mulheres brasileiras conscientes da relação fundamental deste tema com a questão da saúde. E, ao estabelecer a obrigação do Poder Público de assegurar o acesso à educação, à informação e aos "meios mais adequados de controle da natalidade", reiterou a expressão "métodos científicos de regulação da fecundidade que não atentem contra a saúde". Desta forma, mais uma vez, os constituintes estariam desconsiderando o movimento de mulheres, que busca a possibilidade de livre opção e planejamento nas nunca o "controle da natalidade", expressão esta denotadora de restrição e autoritarismo. Mas, o Segundo Substitutivo veio recuperar quase que totalmente o estabelecido no Projeto, com exceção da localização: a questão, já agora com o nome de planejamento familiar, continuou inserida na rubrica Família.

"Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher". E a mulher brasileira pensou e falou lindamente! Prova disto é o histórico documento "Carta da mulher brasileira aos Constituintes", elaborado a partir das posições assumidas por 2 mil mulheres reunidas, em agosto de 86, no Congresso Nacional, após oito meses de debates por todo o Brasil. O trabalho destas e das muitas outras mulheres por elas representadas não pode ser desconsiderado.

Cabe lembrar aos senhores constituintes compromisso do Brasil ao assinar (1979) e ratificar (1981), a **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher**, da ONU. E que esta, no caput do artigo segundo e na sua alínea a, estabelece: "Os Estados Partes condenam a discriminação contra a mulher em todas as suas formas, concordam em seguir "uma política destinada a eliminar a discriminação contra a mulher, e com tal objetivo se comprometem a consagrar" "o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados à realização prática desse princípio".

Constituinte para valer tem que ter a palavra do povo, tem que ter a palavra da mulher.

A seguir apresento as cláusulas que, direta ou indiretamente relacionadas à causa da mulher, foram inseridas no Segundo Substitutivo.



As deputadas constituintes apresentaram a legenda em bloco

Segundo Substitutivo

PREÂMBULO

Os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembleia Nacional Constituinte, afirmam o seu propósito de construir uma grande Nação baseada na liberdade, na fraternidade, na igualdade, sem distinção de raça, cor, procedência, religião ou qualquer outra.

TÍTULO I — DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º — São objetivos fundamentais do Estado:

III — promover a superação dos preconceitos de raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

TÍTULO II — DOS DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I — DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º — Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

§ 2º — A lei punirá, como crime inafiançável, qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais.

§ 35 — Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios que ela adota, ou das convenções e atos internacionais de que o País seja signatário e tenham sido ratificados.

CAPÍTULO II — DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º — Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

XVI — licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei;

Art. 7º — São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, V, VII, XIII, XV, XVII e XX do artigo anterior, bem como a integração à previdência social. (Inciso IV — salário-mínimo nacionalmente unificado capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar seu poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim; Inciso V — irreduzibilidade de remuneração ou vencimento, salvo o disposto em lei, em convenção ou em acordo coletivo; Inciso VII — décimo-terceiro salário, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano; Inciso XIII — repouso semanal remunerado, preferencial-

mente aos domingos e feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local; Inciso XV — gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral; Inciso XVII — aviso prévio e direito a indenização, nos termos da lei; Inciso XX — aposentadoria, bem como a do trabalhador rural).

TÍTULO III — DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

CAPÍTULO VII — SEÇÃO II — DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

Art. 45 — O servidor será aposentado: III — voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço para o homem e trinta para a mulher.

TÍTULO V — DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

CAPÍTULO II — DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 160 § 2º — As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

TÍTULO VII — DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO II — DA POLÍTICA AGRÍCOLA, FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA

Art. 214 — Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou concessão de uso, negociáveis pelo prazo de dez anos. Parágrafo único — O título de domínio será conferido ao homem e à mulher, esposa ou companheira.

TÍTULO VIII — DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO II — DA SEGURANÇA SOCIAL

SEÇÃO II — DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 229 — Os planos de previdência social atenderão, nos termos da lei, a:

IV — proteção à maternidade, notadamente à gestante;

Art. 230 — É assegurada aposentadoria a) após trinta e cinco anos de trabalho para o homem e trinta para a mulher;

§ 3º — Lei complementar assegurará aposentadoria às donas de casa, que deverão contribuir para a seguridade social.

CAPÍTULO III — DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Art. 233 — A educação, direito de cada um, e dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu compromisso com o repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação.

Art. 243 — O Estado garantirá a cada um o pleno exercício dos direitos culturais e a participação igualitária no processo cultural e dará proteção, apoio e incentivo às ações de valorização, desenvolvimento e difusão da cultura.

CAPÍTULO VII — DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 256 § 4º — É garantido a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de seus filhos e o planejamento familiar, vedado todo tipo de prática coercitiva por parte do Poder Público e de entidades privadas.

§ 5º — O Estado assegurará a assistência à família na pessoa dos membros que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito destas relações.

Art. 257 1 — O maior percentual dos recursos públicos destinados à saúde será aplicado na assistência de saúde materno-infantil.

Esta análise comparativa pretendeu levantar alguns pontos para a reflexão. O mais importante para nós é chamar a atenção para a fragilidade da posição das mulheres. Este vai e vem mostra que a nossa luta não se esgota diante da aparência de vitória obtida na conquista deste ou daquele espaço em determinadas áreas. Até a votação final do projeto constitucional, ainda temos muito a batalhar pelas nossas reivindicações.

Silvia Pimentel é professora de Direito na PUC-SP, presidente da Pró-Mulher, autora de Mulher e Constituinte: uma Constituição ao Debate e membro do IWRAW — Ação de Alerta Internacional sobre os Direitos da Mulher.

HEBE CAMARGO

porta-voz da classe média

MARINA HECK

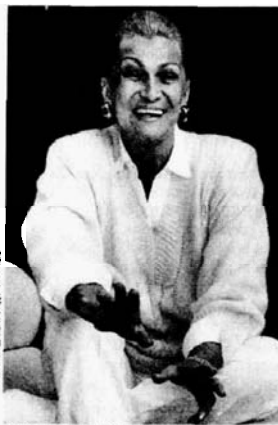
Muita onda tem sido feita em torno de Hebe Camargo. Afinal, por que só agora a Hebe descobriu os problemas sociais e políticos do nosso País? O que teria acontecido com a fada madrinha dos anos 50/70, que de repente deixa transparecer uma inesperada consciência crítica. Nas suas recentes entrevistas, Hebe ora demonstra com exemplos que sempre se preocupou com problemas sociais, ora alega que sua preocupação aumentou porque atualmente a situação está bem pior do que nos anos 70. O termômetro dessa insatisfação são as centenas de cartas que ela recebe de seus espectadores. Com este critério é possível concluir que durante o período de ditadura e repressão, o público deveria ser mais prudente com suas críticas. A própria Hebe reconhece que nos anos 70, nem que quisesse, teria o espaço de hoje para criticar a política do governo. Por essas razões, cobrar de Hebe Camargo sua conscientização atrasada não parece o enfoque mais interessante para uma análise.

O programa de entrevistas **Roda Viva**, da TV Cultura de São Paulo, veio esclarecer algumas características do personagem Hebe Camargo. Ela reúne não só no seu discurso, mas também na sua prór a pessoa e estilo de vida, o discurso, os valores e os estereótipos da classe média. Valores estes que são os do seu público e dos quais Hebe se fez porta-voz. Se ela faz isso de maneira espontânea e sem nenhuma intenção de manipulação dos espectadores, não interessa; o fato é que o seu público a elegeu defensora de seus valores e Hebe aceitou este papel.

Entre as características que ela acentua, uma das principais é a preocupação em se dizer inculta e pouco informada (mesmo que rodeada de obras de arte, como atesta a revista **Veja**) enfatizando sua condição de dona-de-casa-esposa-mãe como se essa condição feminina só pudesse ser preenchida por mulheres pouco intelectualizadas que necessitam de explicações simplistas para os argumentos de seus convidados. Constantemente, Hebe pede aos seus convidados que se expliquem melhor para facilitarem a compreensão das "donas-de-casa". Hebe serve de mediadora entre o público e seus convidados — um filtro que simplifica tudo didaticamente para que os espectadores compreendam. Essa maneira simplista e por vezes simplória de se relacionar com o seu público foi interpretada pela revista **Afinal** como uma atitude maternal. Entretanto, ela me parece bem mais ideológica, podendo ser comparada mais com um pregador de idéias do que uma atitude afetivodidática.

Verdades e Ideais

Aliás, essa insistência em defender os interesses de uma classe pobre e carente na nossa sociedade, essa sensibilidade com o cristianismo e com as manifestações de solidariedade se pareça sobremaneira com o discurso "A Opção Pelos Pobres" do candidato Pau o Maluf na última campanha eleitoral. Quem se lembra dessa extraordinária confissão poderá talvez comparar o tom dos dois discursos, a forma como podem ser codificados e os temas através dos quais se estruturam, são exatamente iguais. Essa é uma observação que independe do fato de Hebe Camargo ter-se declarado malufista



Hebe Camargo: termômetro da insatisfação popular?

não cabe aqui fazer uma comparação dos dois personagens, mas somente constatar essa semelhança dos discursos.

Nessa mesma linha do discurso espontâneo, franco e inocente, Hebe Camargo com seus 45 anos de janela confessa que ainda se assusta com o poder da televisão, com o mimetismo que geram certos personagens do mundo da mídia. Declarou no **Roda Viva** que fica muito insegura ao saber quantos milhões de espectadores assistem seu programa. No entanto, Hebe nega que tenha a pretensão de influenciar quem quer que seja, emitir conceitos que possam ser apropriados como verdades ou ideais pelos espectadores. Embora negue qualquer posição política militante, ela deve saber que todo discurso tem conotações ideológicas e, sobretudo, quando emitido num meio de comunicação tão poderoso. Hebe sabe, portanto, que seus ingênuos "conselhos" podem ter a força de uma palavra de ordem.

Em outras palavras, Hebe Camargo é porta-voz de uma ideologia clara da classe média, que hoje está insatisfeita — de fato bem mais do que nos anos 70 — e para isso usa a classe trabalhadora como álibi para suas reclama-

ções. A classe trabalhadora, que sempre lutou e luta para sobreviver, não é de hoje que está insatisfeita. A preocupação da classe média com o pobre é 'por tabela', e por total pavor de estar chegando perto deles, começando a perder aqueles símbolos de status que tanto preza. Dentro dessa lógica, Hebe Camargo não apresenta nenhuma contradição com relação à sua atitude anterior, ela continua como sempre representando uma visão de mundo — a ideologia da classe média.

Por outro lado, o programa **Roda Viva** não levantou nenhuma questão séria, nenhuma discussão interessante onde esses aspectos ideológicos pudessem ser analisados. As idéias se colocaram em torno de opiniões sobre personalidades políticas e mesmo que o programa não tivesse a intenção de entrar nessa área, alguns conceitos puderam transparecer. Por exemplo, o autoritarismo necessário às personalidades políticas: "Governador precisa assumir posição de Governador". O discurso sobre o dinheiro, ganho com esforço, com trabalho etc, etc. Os homossexuais que devem ser aceitos porque já nasceram assim, o aborto que já fez mas não aconselha e a aberta posição favorável à legalização do jogo.

Desse pot-pourri ideológico nada de muito novo pode ser constatado. Os jornalistas ficaram rodeando os assuntos mais delicados com muita cerimônia — a própria Hebe agradeceu no final por a terem poupado. Outro aspecto estranho foi a presença de uma única mulher dentre os jornalistas entrevistadores, deixando assim Hebe Camargo totalmente à vontade para permean suas declarações de um charme feminino estereotipado. Todas as emoções ficaram por conta de seus próprios acertos de conta com pessoas não presentes e os jornalistas estariam ali mais para servir-lhe de apoio e consolo. Um **Roda Viva** onde não aprendemos grande coisa sobre Hebe Camargo, mas apenas esclarecermos alguns aspectos do seu personagem.

Marina Heck é socióloga-urbanista, autora de *L'Etat des Lieux* e *The Ideological Dimension of Media Messages*

14

ASSINARE

MULHERIO

Dá Mulherio de Presente

Na compra de duas ou mais assinaturas você receberá um livro de presente



Vivência — História, Sexualidade e Imagens Femininas — Fundação Carlos Chagas. Organização Maria Cristina Bruschini, Fulvia Rosemberg. Editora Brasiliense 288 pg. 1980



Mulher Brasileira — Trabalho, Direito, Educação, Arte e Meios de Comunicação Bibliografia Anotada — Vol. II Fundação Carlos Chagas. Editora Brasiliense 395 pg. 1981.

Para ENVIO do livro:

Nome _____
Endereço _____
CEP _____ Cidade _____ Est. _____

ASSINATURA DO MULHERIO

Nome completo _____
Endereço _____
CEP _____ Cidade _____ Est. _____
Data nasc. _____ sexo _____ DDD _____
Telefone _____ Profissão _____

Envie cheque nominal cruzado ao Núcleo de Comunicações Mulherio para assinatura correspondente a 6 n.ºs do jornal. Cz\$ 240,00. América Latina US\$ 18,00 — Exterior via aérea US\$ 24,00.

VÁLIDO ATÉ 30.10.87

ASSINATURA DO MULHERIO

Nome completo _____
Endereço _____
CEP _____ Cidade _____ Est. _____
Data nasc. _____ sexo _____ DDD _____
Telefone _____ Profissão _____

Envie cheque nominal cruzado ao Núcleo de Comunicações Mulherio para assinatura correspondente a 6 n.ºs do jornal. Cz\$ 240,00. América Latina US\$ 18,00 — Exterior via aérea US\$ 24,00.

VÁLIDO ATÉ 30.10.87

Envie estes cupons para ASSINATURAS MULHERIO, Cx. Postal 11352, Cep 05421, São Paulo — SP, fone (011) 212-9052

O lado feminino da GLASNOST

O machismo soviético existe e está bem consolidado na cúpula do poder, onde mulher não entra; e dentro de casa, onde o trabalho doméstico é encarregado exclusivamente feminino. Agora, com a Glasnost (abertura), o debate feminista pode ser retomado e ampliado.

FÁTIMA JORDÃO

Em 1919, Lênin escreveu: "Durante dois anos, o poder soviético, num dos países mais atrasados da Europa, fez para a libertação da mulher e para sua igualdade com o sexo "forte", o que não fizeram durante 130 anos todas as repúblicas progressistas, cultas e "democráticas" do mundo, somadas em conjunto". (1)

De fato, no plano institucional, a Revolução instalou na União Soviética a legislação mais igualitária da face da terra e, do ponto de vista da mulher — sobretudo da mulher-mãe — a mais avançada e que se aperfeiçoou nos últimos 70 anos, através de regulamentações específicas, como a anulação da proibição do aborto (1955), a ratificação da convenção da ONU sobre os Direitos Políticos das Mulheres (1954), direitos iguais no matrimônio (1968), direitos iguais no trabalho (1970) etc.

Na prática da vida, a mulher soviética deste século, quer pelas contingências históricas da revolução e da guerra, quer pelas garantias legais do sistema, desempenhou papéis e desenvolveu tarefas — nas trincheiras, no espaço, nos aviões de combate, nas instituições científicas — inéditos para as mulheres na história da humanidade. gualmente inédita é a posição econômica da mulher na sociedade soviética e sua inserção nos setores de produção.

Nó entanto, passados 68 anos daquela afirmação de Lênin e ao comemorar 70 anos da Revolução, em novembro próximo, a sociedade soviética mal disfarça sua fisionomia persistentemente machista. De forma anti-marxista, a prática concreta foi submetida



Roberto Emilio Magalhães

pela força ideológica da cultura da superioridade do homem sobre a mulher.

O machismo soviético se exprime exemplarmente em dois espaços estratégicos: no da cúpula do poder, onde não deixam a mulher entrar, e no cotidiano doméstico, onde o homem não quer entrar, a não ser para mandar.

"Nunca mais fale comigo neste tom. Nesta casa eu sou o único homem, eu é que tenho de dizer como as coisas devem ser".

(Gosha, personagem "não-machista" do filme soviético *Moscou não acredita em lágrimas*, 1980).

"Chegou-se ao ponto de que em certas escolas não havia, em geral, professores — só professoras... Os jovens não se matriculavam de bom gra-

do nos institutos de pedagogia, considerando a profissão de professor pouco prestigiosa, puramente feminina". Na tentativa de se reverter o quadro, "recentemente foram aumentadas consideravelmente as remunerações dos professores, tomando em consideração que o chefe da família — pois o homem continua, por ora, no degrau superior da escada familiar — deve estar em condições de garantir a sua prosperidade financeira".

(Serguei Parsadonian, *Mulher Soviética*, edição n° 2 de 1987, pg. 38 — revista mensal editada em quatorze línguas pelo Comitê das Mulheres Soviéticas e pelo Conselho Cultural dos Sindicatos da URSS).

GLASNOST E PERISTROIKA

Neste contexto, quais os efeitos da *glasnost* (abertura) e da *perestroika* (reestruturação) do sr. Mikhail Gorbachev? O que elas podem significar para as mulheres soviéticas? Que potencialidade terão para aplacar a força machista instalada no poder e no cotidiano?

A possibilidade de se retomar e se ampliar o debate de questões que foram submersas no autoritarismo do regime só interessa às mulheres. O feminismo de Alessandra Kollontai foi fortemente atacado nos anos iniciais da revolução — inclusive por Nadejda Krupskaja, mulher de Lênin — e enterreado como uma esfera de debate indesejável. Nos anos 70, várias feministas saíram do país. *Glasnost* pra valer tem de inexoravelmente reabilitar esse debate, ainda que pelas beiradas. E ele, a rigor, já está potencialmente esboçado com a criação dos novos Conselhos Femininos, previstos pelo XXVII Congresso do Partido Comunista da URSS, no ano passado.

Em abril deste ano, os Conselhos se instalaram e já se percebe uma sinalização nova até pela forma como a questão foi inscrita no relatório político do Comitê Central: "É de se desejar o renascimento dos conselhos femininos nos locais de trabalho e nas zonas onde vivem; desse modo, as mulheres unirão-se num sistema único sob a direção do Comitê das Mulheres Soviéticas. Estes conselhos poderiam ser de grande utilidade para a resolução de um grande número de problemas sociais que afetam a nossa sociedade..." (2).

Claro que o debate se dará nos marcos existentes, no confronto entre dois pólos. De um lado, posturas conservadoras, que verão a reorganização das

mulheres pela ótica tradicional, ou seja, como apoio para solução de problemas externos a elas mesmas ou do conjunto da sociedade. De outro, posturas avançadas que poderão, de fato, romper a rede de preconceitos que desqualifica a mulher soviética para a crítica de sua própria condição.

A censura a filmes, a proibição de autores e obras, o embaçamento da discussão de questões como a sexualidade, são, entre outros, os mesmos mecanismos que dão consistência "lógica" à opressão da mulher. Esses mecanismos estão sendo nitidamente abalados pela *glasnost*. No plano da representação política, os progressos não são visíveis. As mulheres, que representam 52% da força de trabalho, não passam há anos de pouco mais de 30% da composição do Soviet Supremo. A cúpula de mando, o politburo, nunca chegaram.

A reorganização em curso, no entanto, vai além do plano político, no centro das atividades econômicas. A meta central é a modernização e melhoria do padrão de oferta de bens e serviços e inclui — o que já é visível — a ampliação de atividades privadas de pequenos serviços: táxis, salões de beleza, bares e pequenos restaurantes. Isto poderá ter um grande impacto a curto prazo sobre a mão-de-obra feminina que será — mais do que outros setores — atraída para as novas atividades.

É difícil dizer se esta tendência será positiva, permitindo formas novas e flexíveis para a inserção da mulher na economia, ou se encaminhará para a criação de mecanismos novos de desqualificação profissional. De qualquer forma, os sinais são positivos e nunca ninguém tinha visto um chefe de Estado do porte de Gorbachev falar em dupla jornada de trabalho como ele falou na abertura do Congresso de Mulheres de Moscou.

Portanto, companheiras, à maneira das palavras de ordem de exaltação revolucionária:

TODA FORÇA À GLASNOST E A PERISTROIKA!

PELA REABILITAÇÃO DAS KOLLONTAI, TSVETAYEVA, AKHMATOVA E TANTAS OUTRAS!

Notas:

(1) Legislação sobre os Direitos da Mulher na URSS, Editora Progresso Moscou, 1981, pg. 5.

(2) *Mulher Soviética*, n° 2, 1987

Fátima Jordão é membro do Conselho Editorial do *Mulherio* e pesquisadora de opinião pública

ASSINANTE, VOCÊ MUDOU DE ENDEREÇO?

ASSINATURA DO MULHERIO

Nome Completo: _____

Endereço _____

Cep: _____ Cidade _____ Est. _____

Data Nascimento _____ Sexo _____ DDD: _____

Telefone: _____ Profissão: _____

Envie Cheque nominal cruzado ao Núcleo de Comunicações Mulherio para assinatura correspondente a 6 n°s do jornal. Cz\$ 240,00 - América Latina US\$ 18,00 — Exterior Via Aérea US\$ 24,00.

Cidade _____

Est. _____

Visão Integral do Corpo

PAULA MAGESTE

“É impressionante como o profissional da área de saúde não enxerga a mulher de um ponto de vista integral, como cidadã que possa ter desejos e prazer. Sua visão é fragmentada e fisiológica”. A afirmação é da socióloga Eleonora Mericucci de Oliveira, uma das oito componentes do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde.

Duas médicas, uma paramédica (profissão comum nos Estados Unidos), uma farmacêutica, uma socióloga, uma secretária, uma faxineira e uma mulher sem profissão definida se reuniram para realizar um projeto arrojado, mas que sem dúvida vem suprir as necessidades das brasileiras no campo médico e, mais especificamente, ginecológico.

Na verdade, este grupo provém da atividade anterior de quinze mulheres que discutiam a questão da sexualidade e da saúde, atuando a nível de movimentos sociais — basicamente com a questão da mulher — e promovendo oficinas de auto-exame de mama e colo de útero em encontros e comemorações, na periferia e entre elas mesmas.

Há seis anos, uma das integrantes do grupo foi fazer um estágio num ambulatório suíço, onde médicas e não-médicas trabalham com o atendimento primário à saúde da mulher. Quando ela retornou, o grupo — após ter sofrido alterações em sua composição e adotado o nome de Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde — elaborou o projeto de um ambulatório, tendo como parâmetro a experiência suíça, e o enviou a diversas instituições financeiras. Não se conseguiu apoio nacional, e o financiamento ficou por conta do capital estrangeiro: a Fundação Ford, uma instituição holandesa ligada ao Conselho Mundial de Igrejas, e outra ligada ao governo suíço.

“O objetivo do Coletivo é, através da consulta, fazer com que a mulher conheça melhor seu próprio corpo e aprenda a cuidar dele, tanto sob o ponto de vista da sexualidade como da saúde”, diz Eleonora. No entanto, o processo é de mão-dupla, ou seja, acaba fazendo com que os médicos analisem sua conduta e avaliem sua eficiência e correção. Enfim, nada mais é do que o produto de uma política assistencial falha e subdesenvolvida, à qual se somam a falta de competência e ética médicas e a impossibilidade de se levar a cabo um procedimento mais consciente e minucioso do profissional, no sentido de superar as lacunas da infra-estrutura precária do setor de saúde.

Linha Alternativa

A dinâmica do atendimento utilizada pelo Coletivo procura subverter estas condições, atuando exatamente onde existe a deficiência dos ginecologistas. A usuária marca sua consulta e o paga-

Diante da insatisfação pelo tratamento clínico tradicional, um grupo de mulheres criou o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, onde o exame ginecológico é democratizado e destrói o mito do poder absoluto dos médicos.

mento é proporcional ao valor de seu salário, havendo uma faixa de isenção para aquelas que não possuem nenhuma renda.

O exame é feito por uma médica e uma “leiga”, e a mulher consultada é informada sobre o procedimento adotado no Coletivo. Primeiro, ela preenche um questionário sobre sua história de vida, que é o ponto de partida para a consulta. Esse questionário, chamado anamnese, é analisado para que se tenha um panorama geral do estado da mulher. Depois, a médica e a não-médica irão se deter nos aspectos bio-psico-sociais.

“Fazemos o exame de seios, ensinando a mulher para que ela o faça mensalmente e observe eventuais alterações; palpitação abdominal, o exame de toque e o especular. Neste último, ensinamos a mulher a colocar o espéculo, numa tentativa de desmistificar a crença de que só o médico pode ver. Quer dizer: estamos desmistificando o próprio poder médico, acabando com

mais suaves, à base de chás, ervas etc.” Em caso de reincidência ou de ineficiência desse tipo de tratamento, discutimos outro, chegando, em último caso, ao uso de antibióticos”, explica Eleonora.

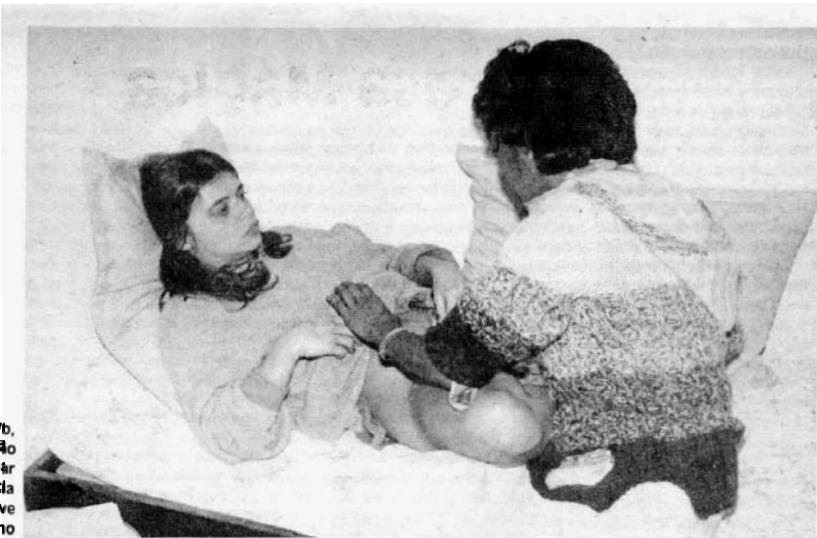
Segundo a socióloga, os dados confirmam que a mulher que passa pela experiência proposta pelo Coletivo diferencia o serviço que recebe de outros que já utilizou: “o índice de falta nas primeiras consultas é 50% mais alto que no retorno, o que aponta para uma aceitação. Houve também uns 20% de aumento na procura do serviço, pois de agosto do ano passado a março deste ano atendemos uma média de 800 mulheres”.

No entanto, é difícil traçar o perfil da mulher que procura o Coletivo. Além de moradoras de Pinheiros, onde funciona o ambulatório, e amigas das componentes, há aquelas compreendidas na faixa de zero a três salários mínimos, que não têm acesso a postos de saúde ou clínicas particulares. “Não

de um mini-laboratório para a análise da secreção vaginal, fazem a coleta para o Papanicolaou e são conveniadas com um laboratório, além de contar com uma rede de médicos para o quais encaminham as pacientes com problemas mais graves.

A equipe do Coletivo experimentou um pouco do reconhecimento de seu trabalho quando deu consultoria ao Estado por ocasião da implantação do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), orientando os profissionais da área. A mesma equipe de servente um serviço de contracepção informando e dando acesso aos métodos, e faz acompanhamento físico e psicológico de casos de estupro.

Dentro das atividades de acompanhamento psicológico, o Coletivo promove grupos de reflexão: o da menopausa, realizado junto com o Serviço de Orientação Familiar (SOF), o da sexualidade e o do aborto, denominado Ventre Livre, composto por mulheres que já abortaram e “desejam discutir



Margarete Abucamira

No coletivo, a preocupação em acabar com a ignorância que envolve o corpo feminino

o mistério e a ignorância que envolvem o corpo feminino. E a mulher, por incrível que pareça, sente-se muito à vontade”, conta a socióloga.

Democracia a toda prova

Para o Coletivo, a importância de se utilizar uma médica e uma “leiga” na consulta é justamente democratizar o exame, o diagnóstico e também proporcionar um período de formação para a que não é médica. A democracia funciona: o diagnóstico e a conduta terapêutica são discutidos com a paciente. “De preferência, usamos terapias

que queremos atingir uma classe social em especial, mas todas as mulheres”.

E é a própria Eleonora quem faz o balanço dos resultados do trabalho do Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde: “O lado psicológico da mulher brasileira é muito complicado, tamanho é a desinformação que a cerca. Depois que trabalhamos isto, percebemos que ela muda sua postura a partir de casa, nas relações com o marido e os filhos, chegando até a reivindicar do Estado uma melhoria na qualidade da prestação de serviços”.

O trabalho dessas oito mulheres não se resume às consultas. Elas dispõem

com outras o significado consciente e inconsciente desse ato”.

Infelizmente, existe no Brasil a tradição de não se financiar grupos de mulheres. No entanto, num País onde educação e saúde não são tratadas como prioridades e nem de longe respeitadas como direitos dos cidadãos, ninguém melhor do que a mulher para falar de seu próprio corpo e propor um procedimento clínico digno dele.

Grau zero da Cultura masculina

A Vontade Radical
Susan Sontag
São Paulo, Companhia das
Letras, 1987

**ANÉSIA PACHECO
E CHAVES**

Ensaios podem se manter atuais por 20 anos? Algo dura 20 anos na era do descartável, do rápido e do vertiginoso consumismo das coisas?

A *Vontade Radical* de Susan Sontag tem 20 anos e já mostra algumas rugas. Suas análises de Bergman/Godard/*Histoire d'O*/*Imaginação Pornográfica* etc... estão um pouco datadas, marcadas pelo pensamento de um momento... mas o fascínio de sua linguagem e a sutileza de algumas observações permanecem. Também o fato dela ser mulher ensaísta é interessante. São poucas. Em meio ao todo poderoso discurso cultural masculino, a escrita conceitual de mulheres, pode criar (às vezes — são tantas as mulheres que imitam a fala

masculina...) a possibilidade de um outro olhar sobre as coisas, vistas a partir de uma maneira de viver específica.

Entre os ensaios de *A Vontade Radical*, o que me parece mais interessante é "A estética do Silêncio". Por isso, e não podendo abranger o livro em sua totalidade e variedade, nos deteremos um pouco neste texto. Ao contrário dos outros, ele não está tão preso aos anos sessenta, fim dos "tempos modernos", e se projeta para o pós-modernismo.

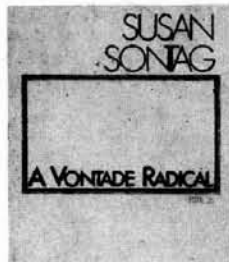
O modernismo ortodoxo adotou o positivismo como força libertadora: racionalismo, cientificismo, culto do desenvolvimento tecnológico. Na arte amou a abstração da razão matemática (o Construtivismo, o Cubismo etc). O liberalismo moderno procura igualmente subverter um utilitarismo de conotação burguesa. Vai em busca da utopia, da completude, da exatidão. Transcendentalismo masculino? Tradicionalmente sim, a transcendência tem cabido aos homens ("o

homem é a transcendência e a mulher a imanência", segundo Simone de Beauvoir). Os últimos anos da "era moderna" são, no entanto, violentamente questionadores. Surgem o feminismo, as reivindicações de liberdade sexual, as lutas anti-racistas, a indagação sobre os diversos poderes e as formas por estas tomadas dentro das instituições sociais. A arte, violentamente agressiva, procura desestruturar a harmonia clássica e instala o que chamam de heterotopia (a utopia das diferenças): **Action painting**, Expressionismo abstrato, até neo-expressionismo. Mas, sem serem solucionadas, as questões libertárias se esgotam no consumo. Cansaram a urgência de novidade contemporânea.

O chamado pós-modernismo se caracteriza pelo ecletismo e descrença na razão e nos valores em geral. Fim da utopia. Os homens e as mulheres pós-modernos não funcionam contra o mundo, mas a seu favor, como parte integrante do movimento.

Sem livre arbítrio estão presos ao acaso. Artistas e intelectuais, cada vez mais, formam parte do grande processo histórico da desilusão, no qual todo sentido, tanto das coisas, quanto dos mitos e crenças é, pouco a pouco, abandonado. A arte (a cultura em geral) organiza-se como um discurso sem motivação, composto de gratuitas citações do passado, "collages" de diversas culturas, simulacro e pastiche. É aí que parece esbarrar num xeque-mate à milenar cultura masculina, racional, transcendental etc. e tal.

Surge **Fim de jogo** do dramaturgo Samuel Becket, representante mais característico do minimalismo contemporâneo. É também aí que se instala o silêncio de que nos fala Susan Sontag: "O mito mais recente derivado de uma concepção pós-psicológica de consciência instala no seio da atividade artística muitos dos paradoxos envolvidos na aquisição de um estado de ser absoluto descrito pelos grandes misti-



cos religiosos. Assim como a atividade do místico deve culminar numa via negativa, em uma teologia da ausência de Deus, em uma ânsia da névoa de desconhecimento além do conhecimento, e do silêncio além do discurso, a arte deve tender à anti-arte, à eliminação do "tema" (do "objeto", da imagem), à substituição da intenção pelo acaso e à busca do silêncio".

Este "grau zero" da todopoderosa cultura masculina abrirá espaço às sempre silenciosas/silenciadas, embora tagarelas mulheres, e à sua maneira de entender e fazer cultura? Mas que sentido pode ter uma cultura "feminina ou do feminino" neste (tudo leva a crer) final dos tempos culturais?

Anésia Pacheco e Chaves é ensaísta e artista plástica



O Mago
Vladimir Nabokov
Rio de Janeiro, Nova
Fronteira, 1987

SILVIA CINTRA FRANCO

O que será mais instigante: descobrir quem foi o autor do crime ou saber se e como esse criminoso vai chegar lá? E ainda compartilhar com ele seus desejos fantásticos, proibidos, vê-lo arquitetar a estratégia, angustiar-se pelo êxito, desencantar-se com os atropelos do azar e quase su-

Prosa Mágica

cumbir de alegria com as reviravoltas que a Fortuna lhe proporciona?

Para aqueles e aquelas que amam viajar nos sonhos alheios ou buscam o prazer de acompanhar — pé ante pé — os passos do "vilão", **O Mago** é o tapete voador ideal. Ou, mais precisamente, quase ideal. **O quase** fica por conta da excelência de **Lolita**, obra posterior de Vladimir Nabokov, o autor daquele envolvente romance e da prosa mágica desta novela.

Russo, naturalizado americano, Vladimir é, sem dúvida, escritor de primeira linha, completo. É dono de um estilo brilhante aliado a uma compreensão da carpintaria da intriga e do suspense que tornam suas obras absorventes como um best-seller e fascinantes como uma obra-prima de níveis e sentidos múltiplos.

Neste **Mago**, o leitor/leitora acompanha as peripécias e sentimentos mais entranhados de um quarentão abastado e fino que cultiva uma "ternura especial" por pré-adolescentes. Um dia, seu

olhar peregrino topa com uma menina vestida de roxo e que vem — segundo este mesmo olhar clínico de expert — a preencher positivamente todos os requisitos de seu alucinado gosto e desejo. Uma ninfeta de corpo sedutora e ingênuo. Como obtê-la? Aí começa a novela e a obsessão do mago. Tão afirmativa e demente que o leva a tecer com perversa lucidez a rede dessa teia chamada paixão. Com a determinada perseverança da aranha, opera e aguarda. E como a aranha; o que nutre por sua presa é tão só e simplesmente o desejo de devorá-la. Não importa o que ela pensa ou sente. Ela é a presa. O único que importa é ter aquele corpo jovem — enquanto jovem — para si, e por isso "ele daria uma sacola de rubis, um balde de sangue, o que quer que lhe fosse perdido..."

Escrita originalmente em russo, foi traduzida para o inglês pelo filho Dmitri Nabokov. Acompanham a novela duas notas do autor, extrairadas de escritos de V.N. e um extenso prefácio de Dmitri

que se detém, em parte, a uma gênese valiosa da obra: em relatar as dificuldades da tradução (que tradutor não adoraria dispor de um prefácio para explicar como "bem" solucionou as questões lingüísticas a ele impostas pelos idiomas?) e, finalmente, em deixar claro que não só V.N., mas também D.N. consideram **O Mago** "uma obra totalmente distinta e só remotamente relacionada com **Lolita**". Quanto muito condescendem, pai e filho, ser este "a primeira palpitação" daquela e que "idéias e imagens de **O Mago** de fato encontram eco em **Lolita**".

Tão extensa peroração leva a crer no inverso do que se quer demonstrar. O leitor/leitora que já teve sob os olhos críticos o superior **Lolita** que tire suas próprias conclusões. Esta resenhista concorda com o A. de que **O Mago** é "uma bela peça de prosa em russo, precisa e lúcida", não só nesse idioma (o que ela não pôde comprovar) mas também em português (créditos positivos sejam computados à tradução cuidadosa de Jório Dauster). Mas discorda de que seja "uma obra totalmente distinta" de **Lolita**.

O Mago é como um estudo de Degas, dos muitos que ele fez da jovem bailarina de formas adolescentes, carnes rijas, o peitinho que aflora. **O Mago** pressagia **Lolita**. Como um estudo tem valor em si. O texto é precioso, o erotismo — forte — é mágico como o mago e sua vara de condão. E como o pulsar de seu desejo.

Vai, no entanto, aqui um conselho: leia primeiro a novela. Um prefácio desses é bom de pós-fácio, pois ao comentar, destrinchar e praticamente esgotar texto e trama da estória, revela demasiado. E a magia deste **Mago** — um estudo da loucura vista através da mente do louco, como adverte Dmitri, observando que Vladimir Nabokov costumava tirar das aberrações físicas ou psíquicas material para sua fantasia artística — a magia deste **Mago** está nele mesmo e no acompanhar a cada frase, a cada novo parágrafo, a loucura do desejo, a demência e a lucidez da paixão.

Silvia Cintra Franco é escritora e coordenadora da área de Cultura do Conselho Estadual da Condição Feminina-SP

17

Mulheres
Out./87

A Imagem Construída

LUCIA CASTELLO BRANCO

A silhueta feminina vem sendo delineada, alucinada e erigida ao longo da história da mulher. Estilistas e poetas sabem o que isso significa: ao *nada* que se apresenta como feminino, eles contrapõem o *tudo* que, difusa ou corporeamente, pretende significar, ser a mulher. Assim, seja através de figuras fantasmáticas que, envolvidas por véus ou completamente despidas, proliferam na poesia, seja através da concreção de espartilhos, anquiinhas, rendas e brocados, que povoam o mundo da moda, silhueta feminina se



erige e, com ela, uma imagem de mulher. "Eu não criei a roupa, criei a silhueta"⁽¹⁾, revela com orgulho o estilista francês André Courrèges. Por trás de certa arrogância talvez se esconda um segredo temer: é preciso dar forma, materialidade, a este ser feminino que escapa.

De uma mulher diz-se que ela tem ou não tem linha. O corpo, cantado, retalhado, composto e recomposto por poetas e ficcionistas, reduz-se, na linguagem da moda, a um traço, um corte, uma linha. E de um bom costureiro, ou de um bom cabeleireiro, diz-se que o segredo está no corte, como nos mostra Eugénie Lemoine-Luccioni, em *La Robe*.⁽²⁾ O que significaria essa passagem — aparentemente antagonista — do excesso, da minúcia, da exaltação exacerbada de um corpo, ao contorno do corpo, à busca do mínimo, do essencial?

Talvez as duas trajetórias, tanto a que alucina o corpo totalizante quanto a que desenha a linha sintetizadora, obedeçam, afinal, a uma mesma preocupação: dar forma ao informe, corporificar o incorpóreo, organizar. Afinal, a roupa estrutura-se como uma linguagem⁽³⁾ e, como uma linguagem, ela é da categoria da lei, da doxa, da ordem: "Que é mais radical, o corte da tesoura ou o traço do lápis? Um e outro engendram uma superfície".⁽⁴⁾

Assim, escrever a mulher, ou desenhar o traje feminino, significa conferir-lhe um modo de ser, uma moda, um molde. Moldá-la, fazê-la emergir do limbo em que se encontra, demarcando-lhe uma superfície, uma borda, um limite que lhe garantam significação. À ausência de uma inscrição para o feminino no inconsciente, que levava Lacan à enunciação do paradoxo "a mulher não existe", à ausência de uma "essência feminina", reiterada por Derrida,⁽⁵⁾ poetas e estilistas respondem com a presença de um corpo que se exhibe ou de uma linha que se define como moda, como corte, como o traço significativo que falta à mulher.

Talvez seja esse um dos fatores que predominantemen-

te determine o caráter sedutor dos trajes femininos, quase inteiramente ausente da vestimenta masculina nos últimos cem ou cinquenta anos, segundo nos informa Gilda de Mello e Souza, em *O Espírito das Roupas*.⁽⁶⁾ Afinal, o homem, alçado de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes, que propala a igualdade política entre os cidadãos, não expressa mais sua singularidade através de sinais exteriores da roupa, mas através de suas qualidades pessoais, seu valor intrínseco.⁽⁷⁾ Não é necessário ao homem ostentar o que já possui, o que lhe é de direito. Esta a razão, segundo Gilda de Mello e Souza, da "grande renúncia masculina" ao adorno. A mulher, ao contrário, tudo falta nessa sociedade: poder, igualdade, direitos. Desta forma, sua estratégia consiste em ostentar, não o que possui, mas o que almeja — a roupa se cobre de babados, rendas e jóias, símbolos da dignidade e competência que a sociedade não lhe confere.

Nesse momento, curiosamente, as leituras sociológica e psicanalítica se entrecruzam: é justamente da ausência, da carência, da falta, que a silhueta feminina se erige como um traço significativo, como uma linguagem. Assim, do nada em que se encontra, a mulher surge como em todo, uma figura totalizante, sem brechas, sem fraturas, que, tanto na literatura quanto no mundo da moda, não passará de uma imagem construída, uma ilusão, uma alucinação: "Quando uma mulher se enfeita, suas roupas, suas jóias, sua voz, mascaram uma nudez que não é a do corpo, mas sim a do falo".⁽⁸⁾

Desta forma, ao vestir a roupa que para ela foi talhada, devorando, antropofagicamente, a imagem constituída do feminino, a mulher devolve ao mundo patriarcal um estilo outro, agora genuíno, agora seu: não mais a silhueta de um corpo fantasmático, mas o corpo desejante que garante forma e existência à silhueta. Como Isadora Duncan, que, elegendo a *écharpe* como um de seus signos, confere corpo, volume e fun-

ção a um pedaço de tecido: "A roupa se faz corpo no espaço e, por isso, pode ser entendida legitimamente como duplo do corpo".⁽⁹⁾

Ou como inúmeras mulheres que, ao adotarem a moda ditada pelos homens, introduzindo nela um corpo com seus ritmos e seus gestos, terminam por criar, segundo Gilda de Mello e Souza, um "estilo de existência" feminino: "Não tanto o vestido — mas a maneira de usá-lo, de fazê-lo concordar com o seu corpo e a sua alma, de imprimir o movimento à estrutura total, distingue as mulheres entre si. Não tanto o quadro estático, mas toda essa ritmia de gestos que se revela no ar-repanhar das saias, no esconder-se atrás do leque, no chegar ao corpo a mantilha ou xale, no alçar sobre si languidamente a *umbrella*. Pois assim como aceitou a moral relacionada com os hábitos do corpo, a mulher desenvolveu ao infinito as artes relacionadas com a sua pessoa criando um *estilo de existência* — talvez sua única contribuição original à cultura masculina".⁽¹⁰⁾

Um estilo de existência. Este os estilistas não ditaram. Este escapa aos doutores da ciência. Este os poetas talvez consigam apenas sugerir. A respeito deste estilo a mulher sabe. Mas se cala. Pois o saber se codifica numa outra linguagem, numa outra escrita, num outro texto. Talvez ele se encontre no corpo, que se exhibe e se erige como uma alucinação. Talvez ele se encontre na roupa, na vestimenta de um corpo que não se deixa apreender. Ou talvez ele se situe justamente no que excede o corpo e a roupa, nas inflexões da voz, na cadência dos gestos, no difuso desenho de vultos e véus. Assim: exatamente na borda, na margem, nos limites de uma silhueta que se delineia e se move à revelia de estilistas e poetas.

Ilustrações retiradas do livro *O Espírito das Roupas* (Companhia das Letras, 1987)



- Notas
(1) COURRÈGES, André. *Entretien avec André Courrèges*. In: LEMOINE-LUCCIONI, Eugénie. *La Robe: essai psychanalytique sur le vêtement*. Paris, Seuil, 1983.
(2) LEMOINE-LUCCIONI, op. cit., p. 18.
(3) Idem, *ibidem*, p. 16.
(4) Idem, *ibidem*, p. 16.
(5) Idem, *ibidem*, p. 75.
(6) SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das Roupas: de moda no século dezenove*. São Paulo, Schwarcz, 1987, p. 60.
(7) Idem, *ibidem*, p. 60.
(8) GRINBAUM, Frida. *Do Gozo de uma Certa Mulher. Conferência proferida no II Simpósio de Literatura Comparada da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, outubro de 1986*. p. 2.
(9) LEMOINE-LUCCIONI; op. cit., p. 71.
(10) SOUZA, op. cit., p. 106.

Lucia Castello Branco é membro do Conselho Editorial do *Mulherio*, professora de Literatura Portuguesa na Universidade Federal de Minas Gerais, mestre pela Universidade de Indiana (USA) e autora de *O que é Erotismo e Eros Travestido*

Retrato do Racismo

Retrato em Branco e Negro
— Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX
Lília Moritz Schwarcz
São Paulo, Companhia das Letras, 1987



MOUZAR BENEDITO

A literatura sobre a escravidão negra no Brasil é escassa e contraditória. Enquanto alguns autores falam de uma vida harmoniosa, camarada até, entre os escravos e seus senhores, outros apresentam o negro como um consciente e permanente lutador pela liberdade.

O livro *Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, da jovem historiadora Lília Moritz Schwarcz, contraria as duas versões. Baseando-se no noticiário dos jornais de São Paulo do fim do século passado, Lília mostra que as relações entre os negros (mesmo os libertos) e os brancos não eram tão harmoniosas assim, e também que não havia uma consciência antiescravagista que encarasse o negro simplesmente como um ser humano.

Quem lê o livro *Retrato em Branco e Negro* inevitavelmente confirma que a ode à mestiçagem, da harmonia entre as raças no Brasil, que mais do que uma tese sociológica era uma ideologia de Gilberto Freyre, apologista da raça brasileira, não tem nenhuma raiz histórica. O comportamento paternalista, até certo ponto bom do senhor de escravos, não pode ser comprovado de maneira nenhuma, da mesma maneira também que não é lá tão fiel a versão do extremo oposto, do negro libertário. Pelo menos em São Paulo, são dois exageros, no mínimo.

Centralizado na questão do negro naquele momento de transição da sociedade brasileira, o estudo de Lília acabou retratando também, por tabela, a imprensa da época em São Paulo, utilizando-se de três jornais, sendo dois "grandes" (o *Correio Paulistano*, fundado em 1832, e a *Provincia de São Paulo*, de 1875, que transformou-se de-

pois em O Estado de S. Paulo) e um pequeno, que hoje seria classificado com "alternativo" (A *Redempção*, fundado em 1887), pertencente a uma organização antiescravagista — os caifazes.

O *Correio Paulistano*, no que não se diferencia da maioria dos órgãos de imprensa de hoje, ia para o lado que o vento mandava. Às vezes republicano, às vezes monarquista, republicano ferrenho e depois da proclamação da República, foi escravagista radical, defensor dos senhores de escravos e altamente preconceituoso até que a "libertação" dos escravos começou a parecer inevitável. Al tornou-se mais brando. Mas nunca deixou de tratar o negro como um ser inferior e depois da "libertação" tornou-se ainda mais racista e preconceituoso, procurando mostrar o negro sempre como criminoso nato, libertino, viciado por natureza e, enfim, um ser inferior.

A *Provincia de São Paulo*, que só alguns anos depois tornou-se um domínio da família Mesquita, até hoje proprietária d'O Estado de S. Paulo, foi fundada por republicanos e era, então, teoricamente progressista. Mas, como órgão de um grupo imbuído da filosofia positivista, analisava tudo à luz de uma ciência muito engajada, dominada pelos valores da cultura européia da época. E à luz dessa "ciência" a única sociedade civilizada era a européia, o branco era o ser superior e o máximo de civilização que um negro poderia atingir era imitar o branco. Com todos os volteios ideológicos necessários, enfim, a *Provincia* defendia exclusivamente os interesses da classe dominante, a dos grandes fazendeiros, proprietários de escravos.

Mesmo a *Redempção*, declaradamente antiescravagista e pertencente a uma organização que até estimulava os negros escravos a fugirem

para quilombos, encarava a libertação dos escravos como uma questão a ser tratada entre brancos. Era contra a escravidão em si, mas a libertação era uma coisa a ser dada pelos brancos. Nas suas páginas, o negro não perdia seu status de ser inferior.

A libertação não livrou o negro (uma palavra sempre usada em tom pejorativo, que qualificava os pretos que criavam problemas — o negro "bonzinho", obediente, era chamado pelos jornais de

"preto") do preconceito e das misérias da sociedade escravagista. Continuou perseguido, humilhado, maltratado. Passou a ser visto como um estrangeiro aqui, mas não um estrangeiro como os demais, e sim um estrangeiro rejeitado, que estava no Brasil para criar problemas.

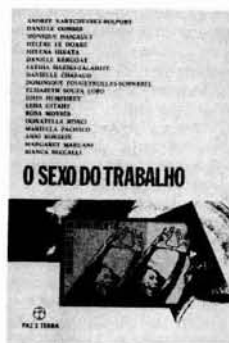
Mouzar Benedito é jornalista e membro do Conselho Editorial do Mulherio

Trajatória Feminina na Produção

O Sexo do Trabalho
Vários autores
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

CRISTINA BRUSCHINI

Publicado originalmente em francês, *O Sexo do Trabalho* reúne doze artigos que, apesar da diversidade de situações concretas que apresentam, primam pela unidade em torno de uma questão central: a articulação da esfera familiar com a produtiva. Tendo como fio condutor a ideia das relações sociais, todos os artigos propõem uma ampla conceptualização do trabalho, tanto como atividade profissional quanto como aquela que é desenvolvida na esfera doméstica. Essas ideias, que já vinham sendo desenvolvidas desde o X Congresso Mundial de Sociologia, no México, em 1982, onde inclusive alguns dos textos foram originalmente apresentados, vêm sendo aprofundadas pelo Grupo Atelier Production/Reproduction, formado por pesquisadores em sua maior parte franceses, sediado em Paris. Dele também participam italianas e brasileiras, como Helena Hirata, que o faz regularmente, e Elizabeth Sousa Lobo, Leda Gitahy e Rosa Moyses que têm mantido estreito contacto através de estágios e vários trabalhos. Também John Humphrey, que realizou várias de suas pesquisas sobre força de trabalho feminina no Brasil e leciona na Universidade de Liverpool, mantém intensa colaboração



com o grupo.

Procurando fundir as abordagens da sociologia do trabalho com a sociologia da família, tradicionalmente distanciadas, os autores trabalham em torno da pergunta "O trabalho tem sexo?", procurando mostrar como se vive um masculino ou feminino tanto na fábrica, como no sindicato ou na família. Confrontando, com farto embasamento em dados coletados em pesquisas originais, sociedades e culturas diferentes, todos os artigos procuram articular os espaços e tempos das trajetórias femininas, observando como esta articulação imprime, no trabalho feminino, sua marca particular.

Discorrendo sobre as "maquiadoras", operárias das fábricas subcontratadas de montagem no México e no Haiti (Le Doaré), sobre as viúvas e protegidas jovens operárias do setor têxtil e eletrônico japonês, residentes nos dormitórios de empresa (Hirata), sobre as metalúrgicas brasileiras de São Bernardo do Campo (Lobo e outros), sobre operárias do Norte (Ronci) ou do Sul da Itália (Pacífico), vários artigos mostram como a estrutura familiar possibilita e reforça a organização da produção. A maior parte deles revela que a vida familiar é, para a trabalhadora, sua referência fundamental. Identificadas mais com a família do que com o

trabalho, ao qual aderem quase sempre por necessidade econômica, as operárias descritas por Ronci e por Pacífico, por exemplo, revelam certa indiferença e baixo nível de combatividade na vida profissional.

Outros artigos, ao contrário, mostram exatamente a combatividade das mulheres em suas relações de trabalho e o impacto desta experiência no questionamento da ordem patriarcal na família. É o caso do trabalho de Borzeix e Maruani sobre uma bem sucedida greve no Norte da França, conduzida pela maioria feminina (117 operárias) de uma pequena fábrica de confecções. É o caso também do trabalho de Beccalli sobre o novo feminismo italiano e sua influência no movimento sindical daquele país na década de 70.

Contribuindo para uma discussão que tem se revelado fértil e promissora tanto na Sociologia quanto nos Estudos de Mulher, os artigos incluídos nesta coletânea têm como preocupação a construção de novas ferramentas teórico-metodológicas que permitam a apreensão da realidade sem rupturas ou falsas dicotomias. Os artigos de abordagem mais teórica, como os de Kartchevsky-Bulport, Combes e Haicault, Kergoat, Hakiki-Talहितe e Fougyrollas-Schwebel debruçam-se sobre questões tão pertinentes quanto a ausência, no Marxismo, de uma teoria global do estatuto das mulheres, a relativa autonomização dos espaços da produção e da reprodução na sociedade capitalista e a necessidade de integrar relações de classe e de gênero.

Como argumenta Kergoat, autora que se propõe a uma crítica das categorias dominantes de análise e à elaboração de uma nova conceitualização, levar em conta a totalidade do trabalho produtivo e reprodução, tanto para homens quanto para mulheres, abre caminho para uma análise sexuada das práticas sociais. Kergoat propõe situar a diversidade e a contradição no centro da definição das práticas sociais e não buscar princípios que aplinam as contradições nelas implícitas. Combatividade e submissão, lembra-nos essa autora, são as duas faces de uma mesma prática social, que se expressa tanto na esfera da casa quanto na da fábrica ou do sindicato.

Cristina Bruschini é socióloga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

A história de um boicote

Fogo no Pavilhão: Uma Proposta de Liberdade para o Menor
 Maria Ignês Bierrenbach,
 Emir Sader e
 Cyntia Petrocinio Figueiredo
 São Paulo, Brasiliense, 1987

FÚLVIA ROSEMBERG

Fogo no Pavilhão foi escrito por três egressos da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem/SP): Maria Ignês Bierrenbach, presidente no período de 83 a 86; Cyntia Petrocinio Figueiredo, diretora técnica dos trabalhos educacionais com crianças e jovens; e Emir Sader, assessor. Os textos de Maria Ignês e Cyntia constituem um todo: descrevem e analisam a experiência frustrada que viveram ao tentarem, durante a administração Montoro, inovar a filosofia e o modo de funcionamento da Febem/São Paulo.

É a história de um boicote, pois as propostas inovadoras (e não revolucionárias) de desinternação, de respeito intransigente aos direitos das crianças e jovens sob tutela da instituição e de não-violência suscitam a conspiração de uma máquina burocrático-administrativa eficiente para manter uma parte da população (os "menores" em situação irregular) sob seu controle e domínio. A denúncia é corajosa: nomes são citados, documentos transcritos, responsabilidades compartilhadas.

As autoras vão desfazendo a trama do boicote, onde se percebe que a inércia ou a

oposição vão gestando um círculo infernal em que a instituição cria mecanismos para instrumentalizar os próprios adolescentes internados, que atuam como estopins de crises desestabilizadoras da direção. As evidências estão lá: é a emissora de tevê que anuncia a fuga antes mesmo que ela ocorra; são armas que caem do céu; é a porta que é esquecida aberta para facilitar fuga etc.

Apesar do foco da atenção ter incidido principalmente sobre a história da intervenção junto a infratores (de sexo masculino), as autoras incorporam informações e reflexões críticas sobre a chamada política de bem-estar social do menor e sua implementação. Desse modo, o texto vai chamando a atenção sobre o descalabro do Código de Menores (onde crianças e adolescentes pobres são considerados com "em situação irregular"); sobre a política dos convênios (internatos particulares que literalmente devolvem à Febem internos que chegam à adolescência, para não terem que lidar com a sexualidade madura); sobre o poder exorbitante da polícia em transformar qualquer criança ou jovem em infrator mediante o registro de um Boletim de Ocorrência (B.O.); sobre as varas judiciárias que funcio-

nam apenas meio período do dia durante a semana, inviabilizando o prazo legal para encaminhamento do "menor" apreendido; o desprezo do quadro de pessoal etc.

A análise se baseia, principalmente, nos aportes de Foucault e Basaglia sobre as instituições totais (hospitais, prisões, internatos) e o papel do Estado como controlador e marginalizador dos segmentos despossuídos da população. Apesar de ser mencionado aqui e lá, a análise não incorporou, como penso que deveria, o uso que se faz de crianças e jovens como moeda corrente de transações materiais e simbólicas. Crianças e jovens em "situação irregular" significam a criação e manutenção de uma estrutura especial, para-

lela de atendimento; significam dinheiro (salários e convênios), votos, acesso aos meios de comunicação de massa. Crianças e jovens em "situação irregular" acabam por ser a razão de existir de organismos internacionais e nacionais; públicos e privados. Diz-se, por exemplo, à boca pequena que cada criança que perambula pela Praça da Sé é "atendida" ou "serve" a seis programas diferentes especializados em meninos(as) de rua.

Talvez seja esta a falha conceitual do livro e que se evidencia, particularmente, no texto de Emir Sader: a de não romper com o conceito de menor que coloca em situação irregular (como quer o Código de Menores) as crianças e os jovens pobres deste País. Esta condição de excepcionalidade, ou anormalida-

de, é nitidamente presente no Primeiro texto, quando Sader afirma existirem 7,2 milhões de menores abandonados e que se constituem em órfãos institucionais. Se a expressão "abandonados" ou "órfãos institucionais" são literariamente fortes, também são ambíguas.

Com efeito, nos últimos anos, principalmente com a visibilidade maior das crianças de rua (real e ampliada), assistimos a uma inflação de seu número: já ouvi e li que existiriam no Brasil 32 milhões, 25 milhões ou 7 milhões de crianças abandonadas, sem que disponhamos, ainda, de qualquer base real para sua avaliação.

Isto não significa negar o imenso contingente de pobres. Isto não significa menosprezar o problema. Significa alertar que a pobreza e o desrespeito por crianças e jovens pobres no Brasil não provém da desorganização familiar. Significa, também, ficar atenta pois estas cifras aparecem acompanhadas de complementos aparentemente ingênuos, como na fonte consultada por Emir Sader: "Em cada dez menores brasileiros, seis são carentes e um é abandonado. Desses, a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor só atende 6% dos casos". (Retrato do Brasil, "Os meninos e Meninas de Rua do Brasil"; quadro interno, grifo meu).

Fúlvia Rosemberg é membro do Conselho Editorial do *Mulherio*, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora de Psicologia Social da PUC-SP.



uma proposta de liberdade para o menor

EMIR SADER

ESCÂNDALO SOCIAL

EMIR SADER

O escândalo da realidade social brasileira é tal, que é difícil exagerar os dados que a refletem. As fontes e cifras utilizadas para expressar a dimensão daqueles considerados "menores carentes e abandonados" no Brasil, infelizmente, são menos ingênuas do que Fúlvia pretende. Se não, vejamos.

O estudo *O Menor e a Pobreza*, feito pelo IPLAN/IPEA para a UNICEF e a SUDENE, publicado em Brasília, pela UNICEF, em 1986 — uma das muitas fontes disponíveis — contém os seguintes elementos: "Em torno de 45% da população brasileira é constituída por menores de 18 anos de idade, representando aproximadamente 60 milhões de pessoas em 1985."

Desses 60 milhões, "em torno de 41 milhões de menores de 18 anos vivem em famílias que possuem um rendimento familiar 'per capita' até 1/2 salário mínimo, ou seja, pouco mais de 60% dos menores pertencem a famílias que vivem em situação de pobreza absoluta e relativa". Uma situação de penúria tal, que "o equivalente a oitocentas crianças menores de um ano morrem por dia, metade delas com menos de um mês de idade", enquanto um quarto das mortes verificadas no país são atribuídos a menores de idade.

Um raciocínio subavaliado, se tomarmos em consideração que em dois anos de Nova República o salário mínimo se tornou o mais baixo da história do País, vale menos da metade de há

50 anos, quando foi criado. Portanto, as condições de vida daqueles 41 milhões de menores de 18 anos que vivem com um rendimento de até 1/2 salário mínimo se degradou mais ainda.

Eles compõem o universo de 25, 36 ou 41 milhões de menores *carentes*, aqueles que não dispõem de um mínimo indispensável para crescer, conforme os parâmetros da Organização Mundial de Saúde e da Unicef. Desse total, se considera que cerca de 20% — portanto, de 5 a 8 milhões — são *abandonados*, isto é, não possuem vínculo permanente nem familiar, nem escolar e fazem da rua seu lugar de vida e de trabalho. É necessário não confundir os considerados *carentes* com os *abandonados*, confusão que muitas das vezes contribui para uma aparente inflação dos dados.

Desta maneira, portanto, os dados utilizados pelo *Retrato do Brasil* — "em cada dez menores brasileiros, seis são carentes e um é abandonado" — aparecem como cruelmente reais. As esta-

tísticas apontadas permitem deduzir que, se dos 60 milhões de menores de 18 anos, 41 são carentes e 7 são abandonados, aquele dado peca é por escassez e não por inflação.

Dai que o livro que publicamos e o trabalho desenvolvido na Febem-SP e fora dela seja precisamente uma ação intransigente de denúncia da colocação do menor pobre das grandes cidades em situação de "irregularidade", de "ilegalidade", como fica explícito ao longo de todo o livro. Trata-se da maioria da geração que vive nessa situação de carência e abandono, configurando o maior escândalo social deste País já acostumado aos escândalos. Não subestimá-los é condição para manter de pé a nossa capacidade de indignação. Neste caso e em tantos outros, infelizmente, absurda é a realidade do brasileiro, e não os dados.

Emir Sader é membro do Conselho Editorial do *Mulherio* e professor de Política da Universidade de São Paulo



Memória Feminina



TONIA CARRERO. *O Monstro de Olhos Azuis* (memórias). Porto Alegre, L&PM Editores, 1986, 136 p.

Neste livro Tonia Carrero detém-se na sua infância e adolescência. Narrando na terceira pessoa, conta sua história através de Luzinha. É portanto a mulher adulta que apresenta a menina, tendo como fio condutor as etapas de criação do "monstro" de olhos azuis (entendido aqui como aquele que perde a natureza humana).

De família de tradição militar (os Portocarrero), única filha entre quatro irmãos, Tonia aprendeu a ler aos 3 anos indo, por isso muito cedo, para a escola onde ensinavam as colegas mais velhas. Em casa recebe uma educação que valorizava o recato, a contenção, aprendendo a dominar as emoções, a natureza (primeiras lições de como ser atriz...). Porém, ao lado da pedagogia do recato somou-se outra, a da sedução, quando vestiam a menina de Carmen Moreno para o Carnaval ou lhe faziam permanente, pintando o cabelo platinum-

blonde, à Ginger Rogers, o que exigia retoque mensal. Isto quando tinha 12 anos!

A mãe poupava a filha do serviço doméstico ("você não é órfã, tem quem faça por você"). O tempo livre era dedicado a desvendar o mundo pelas brechas deixadas pelos adultos e através dos livros deixados por um tio estudioso de psicanálise, no porão da casa: o significado dos "ais" matizados que ouvia no quarto dos pais; o porquê da reprimenda, ao ler no bonde, em voz alta; "elixir da saúde da mulher"; o sangue na calça do tio — seria menstruação ou hemorróidas?; e a razão da calcinha molhada ao treinar na boca das colegas da escola normal, beijos de língua.

Existe um tipo de vida que os pais procuravam afastar os filhos, principalmente as filhas: a de artista. O caso de um primo que abandonou a carreira militar e seguiu a de ator foi contado em confidência pelo pai a Tonia — nome que adotou posterior-

mente, quando foi ser atriz, para não envergonhar a família que despreza mulher que fica se exibindo em palco.

O livro termina quando Tonia — Luzinha descobriu que ela e a mãe não eram as únicas mulheres na vida do pai — havia uma atriz —, e conheceu o primeiro namorado, com quem se casou, ingressando no mundo adulto.

Não é sem preconceito que se toma o livro escrito por um "monstro sagrado" para ler: simpatia ou antipatia podem ser comprovadas. Não quero cair num anúncio comercial, mas gostei do livro, pois, ao tentar desvendar a sua identidade, Tonia acaba enveredando sem pudor pelo emaranhado mundo das relações familiares — a dificuldade de entender e fazer-se entender pela mãe, a dolorosa briga com o pai, a sedução do irmão... Talvez por isso use a terceira pessoa. É mais fácil representar Luzinha do que ser Marinha, nome pelo qual era conhecida antes de se tornar atriz.

contada em livros

MARIA LUCIA DE BARROS MOTT

No número anterior, Mulherio publicou um levantamento sobre livros de memórias escritos por mulheres, que continua nesta edição com mais três publicações: O Monstro de Olhos Azuis (resenha), Companheiros de Viagem e Eu e a Dança (resumos).



DEOCÉLIA VIANNA. *Companheiros de Viagem*. São Paulo, Brasiliense, 1984. 228 p.

Nascida em Curitiba (1914), filha de uma união tumultuosa (o pai era "um jornalista boêmio" de ascendência negra e protestante e a mãe branca e católica), Deocélia foi batizada nas duas igrejas, acompanhou a mãe quando esta veio para São Paulo, estudou em colégio de freiras até quando as parcas posses familiares obrigaram-na a arrumar emprego. Leitora voraz de romances, trabalhou como secre-

tária-datilógrafa na editora de Galvão Coutinho, posteriormente fechada pela polícia, onde tomou contato com trabalhos de tendência socialista.

Contratada para organizar a biblioteca e para datilografar os trabalhos de Oduvaldo Vianna, acabou casando-se com ele — após este conseguir a anulação do casamento com a atriz Abigail Maia —, acompanhando sua trajetória política e profissional no Brasil e no Exterior. Deocélia escreveu novelas para rádio, dirigiu uma programação feminina na Rádio Difusora, militou no Partido Comunista (quando conheceu Clara Charf e Zuleika Alambert) e na Federação de Mulheres. Sua casa abrigava frequentemente militantes e simpatizantes de esquerda. Por lá passaram Marighela, Agildo Barata, Aristides Lobo.

No livro Deocélia relata a vida da família, unida pelo amor, pela militância política e pela profissão. Nos últimos capítulos, a figura do filho Vianninha faz-se cada vez mais presente, através

de sua participação no movimento estudantil e, principalmente, teatral (Teatro de Arena, Centro Popular de Cultura etc.). Deocélia faleceu recentemente.



EROS VOLÚSSIA. *Eu e a Dança*. Revista Continente Editorial Ltda. Rio de Janeiro, 1988. 186 p.

Nascida no subúrbio carioca, entre 1910 e 1920, filha da poetisa Gilka Machado, Eros Volússia — não é pseudônimo — se ini-

ciou cedo na dança, de forma informal, no terreiro do pai-de-santo João da Luz, que era seu vizinho. Ainda menina, ingressou na Escola de Dança do Teatro Municipal, dirigida, na época, por sua fundadora Maria Olenewa. Embora reconhecendo a importância do método acadêmico, clássico, mas obedecendo ao seu temperamento e amor ao ritmo brasileiro, Eros passou a trabalhar a música e a dança nacional, inspirada no folclore. Criou assim várias coreografias (Macumba, Yara, Maracatu) apresentadas em teatros oficiais e em cassinos.

Teve sucesso. Foi nomeada pelo Ministério da Educação para dirigir o curso de Danças do Serviço Nacional de Teatro. Capa da *Life Magazine*, foi convidada para ir a Hollywood filmar. Em Rio Rita aparece dançando "Tico-Tico no Fubá". Elogiada pela crítica intelectual e mundana, fez várias excursões pelo Brasil, algumas patrocinadas pelo Ministério do Trabalho, para realizar espetáculos em núcleos operários — e ao Exterior onde, além de dan-

çar, preferiu conferências.

No final dos anos 40, alguns problemas de saúde, de família (morte do irmão) e profissional (extinguem o curso de Dança do SNT) acabam por afastá-la da vida profissional, conforme diz, no auge da fama.

O livro fala da sua vida, as suas concepções sobre a dança; transcreve, sem data, artigos saídos em periódicos; traz uma entrevista com a mãe, além de alguns poemas; e apresenta um belíssimo material iconográfico.

Devido à importância deste tipo de publicação como fonte de documentação, solicitamos a colaboração da(o)s leitora(e)s na indicação de novos títulos.

Maria Lúcia de Barros Mott é da Fundação Carlos Chagas e do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina/USP

PM mata Pixote: é a lei do mais forte

A morte de Fernando Ramos da Silva, que viveu o personagem Pixote no cinema, ocorrida há mais de um mês, vem demonstrar mais uma vez o nível de violência e impunidade com que age a Polícia Militar de São Paulo. Tudo começou quando Fernando tentou assaltar um pedestre na rodovia dos Imigrantes, em Diadema, juntamente com um garoto de 16 anos. Ele teria trocado tiros com os policiais, segundo a versão oficial. Mas, o depoimento de quatro mulheres que moravam na casa onde Fernando tentou se esconder atesta que ele foi friamente assassinado.

Os PMs afirmam que Fer-

nando atirou quando tentaram entrar na casa onde ele se escondia. No entanto, Laudicéia Martins, uma das quatro testemunhas, disse ter visto Fernando sem camisa e desarmado. Mas, como as demais testemunhas, Laudicéia não presenciou o suposto tiroteio. A contradição existente na apresentação dos fatos trouxe à tona o laudo pericial: Fernando foi morto com tiros vindos de cima para baixo e a uma curta distância, totalmente indefeso.

Na opinião da advogada Sueli Aparecida Correia, que vem cuidando do caso, "tudo indica que houve execução". A proprietária da casa onde Fernando foi morto, Carmelita Martins, fez questão de salientar que "não houve troca de tiros entre Fernando e a PM". No dia 2 de setembro, uma semana após o assassinato, os três policiais envolvidos no caso foram demitidos. Segundo nota oficial emitida pelo Comando da Polícia Mi-

litar, eles foram afastados "por terem dificultado a correta elucidação dos fatos, através da alteração de dados referente à ocorrência, bem como a omissão nas medidas necessárias no sentido de preservar o local da ocorrência". O fato é que os policiais Francisco da Silva, Walter Moreira e Wanderley Alessi ao serem demitidos não serão necessariamente acusados de homicídio, nem tão pouco expulsos da corporação, o que significa que eles podem vir a ser reintegrados à PM.

Hoje, o caso ainda tem inúmeras contradições, principalmente após a reconstituição da morte de Fernando, que vem sendo realizada desde a segunda quinzena de setembro, onde o delegado responsável pelos trabalhos de apuração do crime, Antônio Mesquita, afirma que é possível que Fernando não tenha sido morto no interior do quarto, o que confirma a tese de execução.

INFORME PUBLICITÁRIO

Quem não teve dor nas costas pelo menos uma vez?

Embora não existam estatísticas amplas sobre a incidência de dores nas costas, sabe-se que muitas pessoas, talvez a maioria dos adultos, já sentiu dores nas costas pelo menos uma vez na vida. É claro que em muitos casos esta ocorrência é devida a algum esforço incornum, excessos no esporte ou uma noite mal dormida. A ocorrência de dores nas costas é tão grande nas pessoas que vivem na cidade, que criou-se um certo misticismo em torno do seu tratamento. É muito comum ouvirmos histórias de pessoas milagrosas que, com "trancos" ou massagens fantásticas resolvem o problema doloroso num piscar de olhos. De modo geral essas pessoas milagrosas realizam as mesmas "técnicas" independente do tipo de problema que a pessoa apresenta. Isto é perigoso e geralmente as dores voltam em seguida! São várias as causas de dores nas costas e somente profissionais devidamente capacitados têm condições de realizar o tratamento adequado. A aplicação de recursos fisioterápicos, a boa orientação médica, a realização de exercícios terapêuticos adequados é a forma mais segura e eficaz para resolver grande parte dos problemas dolorosos da coluna. A fisioterapia moderna possui recursos como o raio laser, ultra-som, estimulação elétrica e outros que, com certeza e sem milagres, podem resolver este problema que tanto incomoda a quem o tem. A coluna é uma estrutura muito solicitada e por isso muitas pessoas apresentam problemas dolorosos na mesma. Uma pequena dor pode se transformar numa grande dor se não for tratada adequadamente e o mais rápido possível, isto porque o tratamento é mais simples se iniciado precocemente.

MARCOS CÉSAR VEÇOSO
Al. dos Guararomins, 249
fone.: 61-9890

Meta das Advogadas: OAB-Mulher

Com o intuito de promover a atuação da mulher advogada e eliminar a discriminação existente no mercado de trabalho e na legislação, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção de São Paulo, vem realizando uma série de encontros regionais onde tem coletado inúmeras propostas e reivindicações dos participantes de várias cidades do interior do Estado. Entre os dias 12, 13 e 14 de novembro, a OAB vai realizar o I Congresso Estadual da Mulher Advogada, com o objetivo de fazer um balanço da situação da mulher profissional de advocacia.

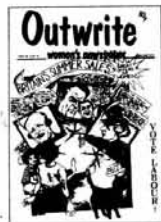
Segundo a advogada Maria Angela Berloff, membro do Conselho da OAB/SP e organizadora do evento, juntamente com a advogada Norma Kyriakos, "a realização dessa série de encontros tem sido muito bem aceita por todas as advogadas participantes. Com o próximo encontro, em novembro, pretendemos oficializar uma proposta que vem sendo amplamente discutida em todos os debates realizados: a criação da OAB-Mulher". Para Maria Angela, a implantação deste órgão possibilitará um avanço para as advogadas, porque cuidará basicamente de seus interesses profissionais e principalmente estará atento à questão da legislação da mulher.

O encontro de novembro será realizado na sede da OAB-SP e terá como principais temas: o exercício profissional, a condição de mulher, as dificuldades diante da atual legislação e jurisprudência no tratamento à mulher. Maria Angela afirma, ainda, que as advogadas e advogados interessados em apresentar suas teses deverão encaminhá-las até o dia 10 de outubro à OAB, onde serão analisadas e selecionadas para o evento: "O prazo de entrega das teses poderá ser alterado, dependendo da disponibilidade dos participantes".

Maria Angela Berloff e Norma Kyriakos, as duas únicas mulheres no Conselho da OAB de São Paulo, que atualmente conta com 24 membros, vêm, neste encontro, a possibilidade de aumentar a participação feminina nas decisões do órgão. "A idéia de se realizar esta série de eventos surgiu com a nossa chapa, chamada Tempos Novos, explica Maria Angela, "que existe desde fevereiro deste ano, no Conselho. Nossa proposta sempre foi a abertura de maiores espaços para a mulher advogada, por isso pretendemos criar a OAB-Mulher e aumentar a participação das advogadas no Conselho, através do encontro que vai acontecer em novembro".

Um apelo

Fundado há cinco anos e sobrevivendo há um e meio sem assistência financeira de nenhuma entidade ou órgão governamental, o jornal *Outwrite - Women's Newspaper* atingiu um momento crucial para sua sobrevivência e faz um apelo às leitoras que se organizem a fim de levantar fundos para a continuidade do trabalho de *Outwrite* - informação, fontes de pesquisa, contatos úteis e idéias interessantes. O último número a circular foi o 60, de julho/agosto de 1987, mas a



pretensão é de relançar o jornal em novembro. Contatos através do endereço: Oxford House, Derbyshire Street, London E2 6HG, England.

Uma lição aos mestres O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA JULIO DE MESQUITA FILHO FRANCISCO MESQUITA
1/5 15.00 ANO 108 BARRADO, 16 DE SETEMBRO DE 1987 N. 34.528 Domingo C\$ 2.000



Palavra de Mônica
Mônica Boudayé deixou Bresser e Delfim Inquieteros. E Lucida, coelha: "Estamos em pé e não nos deixamos. Com um pouco de paciência, não nos deixamos, não nos deixamos!"

Mônica Boudayé, administradora financeira do **Mulherio**, deixou o ministro da Fazenda Bresser Pereira e o ex-ministro Delfim Netto boquiabertos com o discurso que fez como oradora de turma de formandos da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, no final de setembro. Sua crítica aos planos econômicos do governo, corrupção da classe política e a falência do sistema de ensino, arrancou aplausos entusiasmados de uma platéia de setecentas pessoas e fez dela manchete dos jornais: **O Estado de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** e **Jornal da Tarde**.

Bresser Pereira, patrono dos formandos, ouviu atentamente as palavras de Mônica e demonstrou uma certa inquietude diante de suas críticas: "Estamos nos formando numa época de desemprego, de arrocho salarial, de recessão, de instabilidade política, econômica e social. Assistimos a uma violência crescente, resultado da degradação

social e da exploração do ser humano". Mônica só foi interrompida pelo aplauso dos colegas de turma, professores e convidados presentes.

No momento em que o ministro Bresser Pereira falou, fez questão de enfatizar que estava impressionado com o depoimento de Mônica e chegou a concordar com algumas considerações feitas por ela. No entanto, salientou que era preciso acabar com o "pessimismo generalizado" existente no Brasil. Segundo Bresser, a reação de Mônica pode ser considerada normal, na medida em que o ano de 87 é o ano da desilusão do Plano Cruzado. "Talvez a maior desilusão que já se viu neste País". Além disso, o ministro fez um breve comentário comparativo sobre a crise do governo Figueiredo, na tentativa de abrandar a situação, e acabou por atingir diretamente o ex-ministro Delfim Netto.

Já no final da formatura, impressionados, Bresser e Delfim cumprimentaram Mônica Boudayé por sua colocação crítica que arrancou do próprio ex-ministro a observação: "Você teve coragem!" Apartidária, Mônica não acredita nos políticos e faz questão de dizer que: "A Nova República é tão Nova quanto a Velha". Sua opinião sobre Bresser Pereira, também contém reparos: "Um brilhante economista, mas não é político. Falta-lhe o jogo de cintura". Desta vez, a grande imprensa não fez "seus apartes" costumeiros. Mônica não é feia e mal-amada como, geralmente, eles gostam de retratar as feministas.

NOVOS DADOS DO IBGE

O número de separações conjugais aumentou em quase 100% nos últimos cinco anos e a mulher brasileira está abandonando os afazeres domésticos para ingressar cada vez mais no mercado de trabalho, proporcionando, entre outras coisas, a quebra nas taxas de analfabetismo. A grosso modo, estas foram algumas das conclusões inseridas na mais recente edição do **Anuário do Brasil** lançado na primeira semana de setembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo dados das pesquisas realizadas, o contingente populacional brasileiro, que hoje está na casa dos 141 milhões, vem sofrendo um

processo de empobrecimento com um salário mínimo 10% mais desvalorizado do que em 1985. É evidente que esta queda no poder aquisitivo refletido no interior da família ocasionou a necessidade da participação da mulher na manutenção do orçamento doméstico, antes apresentada como responsabilidade masculina.

O **Anuário** também revela que, em 1980, 27% do mercado de trabalho era composto por mulheres. Em 1985, os números subiam para quase 40%, ou seja, para cada três trabalhadores, um era do sexo feminino. Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, portanto, a responsabilidade da criação dos filhos foi repassada para a escola, o que ocasionou uma queda de 31,3% para 26,1% nas taxas de analfabetismo entre 1980 e 1985.

No caso das separações conjugais, as estatísticas mostram que nos últimos cinco anos os números dobraram, sem contar com a queda significativa do número de filhos por casal. De acordo com o **Anuário**, em 1940, a média de filhos era seis e atualmente não chega a ultrapassar três. Além disso, o desapego a padrões tradicionais ligados à família é apontado como responsável pela quebra da estabilidade conjugal. Se antes a maioria dos casamentos se desfazia após sete anos de convívio, hoje, os casais insatisfeitos não levam mais do que um ano para realizarem a separação. Paralelamente a esses dados, existe a justificativa de que, a cada dia, a iniciativa da separação parte mais dos homens em função de sua insatisfação perante o sucesso profissional de suas esposas, que em muitos casos ganham salários superiores ao dos maridos.



Como vai o aborto?

Na Constituinte, a questão do aborto já está praticamente definida. A Comissão de Sistematização rejeitou a proposta que propunha o direito à vida desde a concepção, selando a sorte do aborto, que será discutido, posteriormente, na elaboração das leis ordinárias. Ao contrário da posição política, os grupos independentes de mulheres, como definido no 9º Encontro Nacional Feminista, pretendem levar a campanha ao aborto para as ruas, por entenderem que é um caso de saúde pública a espera de so-

lução imediata.

A cobrança de uma solução imediata é mais do que justificada depois que a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou que a principal causa da morte entre brasileiras é o aborto provocado. Dentre as 5 milhões de mulheres no País que interrompem a gravidez anualmente, 400 mil morrem vítimas de métodos abortivos equivocados e péssimas condições de higiene. Por região, o aborto no Brasil apresenta os seguintes dados: 54% são praticados na região Sudeste, 20% no Nordeste, 19% no Sul 5% no Centro-Oeste e 2% no Norte.

Frases:

"Não é possível admitir que o Ministro do Exército, montado num canhão, venha dizer o que pode ou não pode constar na Constituinte"

Abigail Feitosa
líder da bancada feminina na Constituinte

"Quando penso que no Brasil antigo dizia-se que mulher que sabe Latim não tem bom fim, fico imaginando a infinidade de vocações sufocadas e valores perdidos entre as mulheres brasileiras"

Rose Marie Muraro
editora

"Não somos modernos coisa nenhuma. Somos cruelmente antigos em nosso atraso, em nosso horror à democracia como igualdade, em nossa persistente saudade da Casa Grande e Senzala"

Maria Victória Benevides
socióloga

"Se antes a esquerda gritava, Yankees go home, hoje são os setores mais reacionários, interessados em dispor livremente do solo e do subsolo indígena, que levantam a bandeira contra os padres estrangeiros"

Sylvia Caiuby Novaes
antropóloga

"Todo homem tem um certo grau de femifobia, ou medo de ser feminino, de ser mulher, porque isso faz parte de nossa cultura. Esse medo em alguns faz com que eles adotem certas condutas exageradas, que são verdadeiros riscos para sua saúde e longevidade"

Denis O'Donovan
psicólogo

Mudanças no Conselho de São Paulo

Outubro promete ser um mês decisivo para o Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo. A data ainda não foi marcada, mas até o final deste mês o Conselho terá nova presidenta, indicada pelo governador Orestes Quéricia. Segundo Sueli Carneiro, secretária-geral do órgão, o esforço das conselheiras está concentrado na figura de Ida Maria, ex-deputada estadual, que vem desenvolvendo um trabalho de implantação de creches em conjunto com o Conselho Nacional. No entanto, Sueli faz questão de afirmar que em nenhum momento Ida Maria esteve na disputa pelo cargo: "Ida é uma indicação do conjunto do Conselho. Acharmos que é a pessoa ideal para ocupar o cargo,

porque sempre esteve presente nas lutas encampadas pelas mulheres e, além disso, ela tem trânsito livre dentro do novo governo," diz.

Se por um lado a mudança na presidência do Conselho é praticamente inevitável, as quatro questões prioritárias desenvolvidas no trabalho das conselheiras até o momento têm grandes chances de serem mantidas. Sueli afirma que, com a entrada de Ida Maria no Conselho, não apenas as creches teriam prioridade, mas a saúde, a violência e o trabalho continuariam também em destaque.

Na opinião da atual presidenta, Zuleika Alambert, "a entrada de Ida Maria para ocupar o cargo já está praticamente acertada e o novo corpo de conselheiras terá

cinco membros da atual gestão que permanecerão dentro do Conselho e outras mulheres representantes da Comunidade Negra, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de várias correntes não apenas do PMDB, mas de outros partidos deverão ingressar para o órgão. Só estamos aguardando uma audiência com o governador para acertarmos a questão", explicou.

O que ninguém explica é como vai ficar a correlação de forças no feminismo paulista, já que Ida Maria é partidária do Governo Orestes Quéricia, inimigo político de Ruth Escobar, que foi expulsa recentemente do PMDB por ter apoiado o empresário Antônio Ermírio de Moraes (PTB) nas últimas eleições para o governo do Estado.

